

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
(ProfSocio)

ADRIANA DE SOUZA RONCHI

**A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NO PENSAMENTO
SOCIOLÓGICO BRASILEIRO E OS SEUS REFLEXOS NA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

MARÍLIA

2020

ADRIANA DE SOUZA RONCHI

**A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO
BRASILEIRO E OS SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angélica Lovatto.

MARÍLIA

2020

R769d	Ronchi, Adriana de Souza A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO BRASILEIRO E OS SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA / Adriana de Souza Ronchi. -- Marília, 2020 94 p. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Angélica Lovatto 1. Sociologia. 2. Ciência e Educação. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ADRIANA DE SOUZA RONCHI

**A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO
BRASILEIRO E OS SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Marília, data da defesa: 27 de abril de 2020

AGRADECIMENTOS

No mais incondicional sentido humano à;

Aline Souza Xavier
Ana Carolina de Oliveira
Thabada Cristine da Luz
Aline Pereira de Souza.
Rafael Martins

Carinhosamente à:
Laís Alpi Landim e

Especialmente à Angélica Lovatto.

RESUMO

As transformações históricas ocorridas durante o final do século XVIII e no início do século XIX ocasionaram um novo sistema de organização social, econômico e político, resultando na consolidação do desenvolvimento da economia capitalista. Através de uma composição ontológica de tais fatores históricos, podemos observar que existiu no campo da sociologia um declínio filosófico humanista, abandonando os ideais originais do Iluminismo na formação dessa ciência. O conceito de decadência ideológica burguesa (LUKACS, 1968) é a maneira como o pensador húngaro Lukács caracterizou esse abandono do humanismo no pensamento burguês. A partir dessas colocações, buscamos evidenciar a existência desse conceito em três momentos distintos e fundamentais na história da sociologia: 1) do pensamento clássico filosófico que se iniciam sob as análises de Friedrich Hegel (1831) até a composição do positivismo de Émile Durkheim (1917). 2) no desenvolvimento da sociologia brasileira como ciência abarcando suas incidências do período oitocentista até o estruturalismo 3) A sociologia na educação brasileira. Através da análise desses três elementos expostos, buscamos evidenciar como o conceito de decadência ideológica burguesa atua na sociologia brasileira através da ciência e da educação.

Palavras-chave: Sociologia, Ciência e Educação.

ABSTRACT

The historical changes that occurred during the late 18th century and the beginning of the 19th century led to a new system of social, economic and political organization at the expense of the development of capitalism. Through an ontological composition of such historical factors, we can observe that there was a philosophical decline in the field of sociology that constituted the concept of bourgeois ideological decay in the formation of this science (LUKÁCS, 1968). From these statements, we seek to demonstrate the existence of this concept in three distinct and fundamental moments in the history of sociology: 1) in classical philosophical thought that begins under the analysis of Friedrich Hegel (1831) until the composition of the positivism of Émile Durkheim (1917); 2) in the development of Brazilian sociology as a science, encompassing its incidences from the 19th century to postmodern structuralism. 3) Sociology in Brazilian education. Through the analysis of these three elements exposed, we seek to show how the concept of bourgeois ideological decay proposed by Georg Lukács (1968) acts in Brazilian sociology through science and education.

Keywords: Sociology, Science and Education.

Lista de Siglas

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CPB	Cadernos Do Povo Brasileiro
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
EUA	Estados Unidos da América
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCN	Orientações Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UND	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
FFCL–USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NAS BASES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO: DA ASCENSÃO FILOSÓFICA À MISÉRIA DA RAZÃO.	12
2.1 <i>Do pensamento Hegeliano ao Positivismo.</i>	15
2.2 <i>O positivismo como forma de decadência ideológica burguesa.</i>	20
2.3 <i>Max Weber; o historicismo e a burocratização como apontamentos da decadência ideológica burguesa.</i>	30
2.4 <i>As razões do materialismo histórico dialético.</i>	39
3. OS PRINCÍPIOS DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA NO BRASIL	43
3.1 <i>Sociologia e ciência – O período oitocentista.</i>	45
3.2 <i>O período de 1920 a 1940.</i>	51
3.3 <i>O período de 1940 a 1964.</i>	56
3.4 <i>O pós 1964 e o estruturalismo como consequência da decadência ideológica burguesa.</i>	59
4. A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	66
4.1 <i>A educação como princípio do Domínio Burguês: O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os seus impactos na educação brasileira.</i>	71
4.2 <i>Desigualdades Sociais, Educação e os milhões de “Josephs” brasileiros.</i>	75
5. FORMAS DE RUPTURAS DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.	80
6. CONCLUSÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

1. INTRODUÇÃO

Certa vez, em uma das disciplinas de pós-graduação me deparei com um texto do Florestan Fernandes chamado “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira” (FERNANDES, 1977). No decorrer da leitura, dois fragmentos específicos me chamaram demasiadamente à atenção no texto, sendo estes:

Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano [...] As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim (FERNANDES, 1977. p. 105).

Em seguida, acrescenta Florestan Fernandes:

A posição da sociologia no sistema educacional brasileiro oscila de maneira irregular, ao sabor de inspirações ideológicas de momento. Mantendo a discussão nos limites da situação atual, em que a sociologia só figura no currículo das escolas normais, constata-se que há um indisfarçável contraste entre as ideias correntes sobre as funções da sociologia como fator educativo e a concepção que alimenta e norteia legalmente a atividade docente dos professores de sociologia (FERNANDES, 1977. p. 109).

Tais fragmentos me trouxeram a reflexão de que, desde a sua introdução na educação brasileira, o ensino de sociologia passou por inúmeras interferências tanto no âmbito científico como também no âmbito educacional.

Essas interferências estão diretamente ligadas aos movimentos políticos e econômicos ocorridos historicamente no Brasil e no mundo. O fato da sociologia estar condicionada a tais aspectos permitiu-me supor a hipótese de que existe na essência da constituição da sociologia brasileira, tanto no âmbito científico como no âmbito educacional, a presença fenomênica do conceito de decadência ideológica burguesa proposta por Georg Lukács (1968).

A partir de então, minhas leituras acadêmicas voltaram-se na especificidade de aprofundar os aspectos científicos acerca deste conceito para que fosse possível elaborar de forma sistemática a apresentação da suposição acima exposta. O resultado dessas pesquisas tornou-se o conteúdo dessa dissertação.

A decadência ideológica burguesa no pensamento sociológico brasileiro e os seus reflexos na educação é um trabalho que se elaborou no sentido contrário em que se estabelece grande parte das composições metodológicas e científicas que permeiam o campo de estudos da sociologia. Pois a elaboração dessa pesquisa se desdobra na totalidade dos fatos não se

limitando a categorização do particular, buscando compreender de forma histórica, ontológica e dialética todos os fenômenos possíveis na compreensão do objeto e suas categorias: a sociologia como ciência e a sociologia na educação.

Nos últimos anos, as produções científicas acadêmicas têm erradicado de seu campo de pesquisa a amplitude dialética da totalidade, limitando-se à recortes pragmáticos. Tal prática não é uma inovação científica que permeia a atualidade das áreas de estudo da sociologia, ela é o subproduto da deterioração do estado racional que se dissemina no campo de desenvolvimento das ciências desde o final do século XVIII (COUTINHO, 2010), aniquilando no decorrer da história a racionalidade do pensamento científico como resultado da utilização de um conjunto de metodologias que sobrepostas, gradativamente, abandonam a razão, a historicidade, a totalidade e a dialética.

Para que fosse possível sistematizar a construção teórica, este trabalho foi dividido em três partes, onde cada uma delas aborda questões específicas que poderiam se realizar em um único trabalho ou objeto de estudo, mas que juntas, permitem a apresentação histórico-dialética que compõem a natureza dos fatos aqui apresentados.

O primeiro capítulo: **A decadência ideológica burguesa nas bases do pensamento sociológico: da ascensão filosófica à miséria da razão** se desdobra em mostrar como surgiu na história da filosofia o conceito de decadência ideológica burguesa durante o período que constitui os saberes essenciais para a formação da sociologia. Segundo Coutinho (2010), é possível evidenciar a existência de dois momentos distintos que marcam o pensamento filosófico burguês. O primeiro período constitui-se no adágio progressista, ascendente e orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética, fomentada desde o renascimento ao pensamento filosófico hegeliano (COUTINHO, 2010).

O segundo momento marca uma radical ruptura com o pensamento filosófico progressista, reduzindo a essência das produções científicas a um construto ideológico cuja finalidade exerce a inversão dos ideais revolucionários para um estado de resignação filosófica, constituindo a decadência ideológica burguesa.

É certo que, ao se dar conta de que todas as armas que a burguesia havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, e de que, todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, (MARX, 2011), introduziu-se na sociedade moderna, a necessidade imediata do abandono da razão (COUTINHO, 2010).

Após o período de 1848, o pensamento filosófico se dirige a retomada do naturalismo biológico como forma de apreensão e compreensão da realidade. No sentido oposto do

idealismo dialético hegeliano e de todo o pensamento progressista burguês, a aplicação das leis naturais na constituição científica das ciências sociais e sociológicas, não alcançam a capacidade de abstração da totalidade e da materialidade concreta, e tão pouco, se ocupa em desmitificar as contradições sociais, pelo contrário ou como observado, tais teorias limitam-se demasiadamente à observação e à explicação causal dos fenômenos que ocorrem através de leis invariáveis, independente da vontade e da ação humana, onde na vida social, reina a harmonia natural (LÖWY, 1994).

A economia capitalista se disseminou ao redor do planeta de forma aterradora, acentuando cada vez mais a alienação dos indivíduos e as diferenças econômicas de classes, contudo, é notável o fato de que, a ciência sociológica pouco se empenhou em superar os limites ideológicos desenvolvidos no século XIX, reproduzindo até os dias atuais, a irracionalidade e o vazio da decadência ideológica burguesa sob as análises de um mundo fragmentado que não se reconhece nas contradições políticas, econômicas e sociais.

Sobre a análise histórica que se realiza no primeiro capítulo, apontamos os desdobramentos que se tornam imprescindíveis para às circunstâncias em que se inicia o processo de decadência filosófica no pensamento sociológico.

Tendo em vista que os efeitos das transformações econômicas ocorridas durante a modernidade refletem diretamente na construção intelectual e científica, podemos evidenciar como tais produções passaram a ser orientadas à uma espécie de regressão, dadas as circunstâncias de apropriação ideológica tomada pela burguesia após o período da consolidação das revoluções ocorridas durante o século XVIII.

Ainda sobre o primeiro capítulo, buscamos também contextualizar os fatores históricos que apontam a cisão da filosofia progressista burguesa e a degeneração gradativa do pensamento sociológico que se constituiu através do positivismo de Émile Durkheim e pelo historicismo de Max Weber.

Utilizamos-nos da contextualização teórica de Coutinho (2010), “Estruturalismo e a Miséria da Razão” e da obra de Lukács (1968), “Marxismo e Teoria da Literatura” para apontar os elementos que nos permitiram aprofundar a ideia de como as correntes citadas apresentam-se sobre o conceito de decadência ideológica e de miséria da razão.

A utilização de tais obras nos possibilitou realizar uma análise constitutiva do pensamento filosófico da burguesia ascendente em relação ao desenvolvimento da decadência ideológica burguesa.

Já no segundo capítulo: **Os princípios da decadência ideológica burguesa na constituição da sociologia como ciência no Brasil**, reconstitui de forma histórica os

principais momentos do desenvolvimento da sociologia no país, apontando como a ciência sociológica sempre se apresentou de forma pragmática e alheia aos fenômenos reais que compõem a materialidade concreta da formação social brasileira.

A questão que se insere no decorrer deste segundo capítulo, está no fato de que, as correntes do positivismo atuaram de forma significativa nas produções sociológicas brasileira em todos os períodos pesquisados, desde o período oitocentista até os dias atuais.

Os fatores históricos de cada período nos permitem apontar como a sociologia atuou sobre as bases da decadência ideológica burguesa em suas produções científicas, exceto durante os anos de 1940 até os meados de 1964, período em que se estabeleceu o golpe contrarrevolucionário no país, onde, após esse período, grande parte dos intelectuais e sociólogos marxistas brasileiros foram exilados abrindo o caminho para o avanço do estruturalismo no Brasil.

Isso significa que, em grande parte da realização do pensamento sociológico brasileiro, houve uma relação intrínseca entre os interesses ideológicos das classes dominantes e o controle do conhecimento científico. Nesse sentido, a sociologia em seu estado de decadência ideológica nada mais fez do que se não contribuir para o processo de acumulação do capital burguês e no controle ideológico das massas, onde, ao invés de atuar como instrumento de emancipação humana, realizou-se como um mecanismo de perpetuação e reprodução do injusto sistema de classes. (MÉSZÁROS, 2005).

No terceiro capítulo: **Sociologia e Educação**, iremos nos concentrar no ensino de sociologia na escola secundária brasileira, sua constituição e seus descaminhos no decorrer da história. Ao tomarmos a historicidade da sociologia brasileira, percebemos que os processos educacionais e sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2005). Desse modo, buscamos problematizar como o sistema de reprodução econômico neoliberal se utiliza dos meios educacionais para estresir uma sociedade alienada que impele os indivíduos às mazelas da desumanização, utilizando-se do controle ideológico para promover o esvaziamento e a aniquilação de toda a base materialista histórica e dialética no ensino de sociologia.

É certo que, no Brasil, a constituição do pensamento sociológico sempre esteve subjugada aos interesses ideológicos da burguesia dominante, deste modo, pode-se notar que historicamente, o ensino de sociologia passou por inúmeros processos que impossibilitaram que esta ciência se constituísse de forma concisa na educação brasileira.

Por fim, as conclusões finais nos levam à uma reflexão crítica de como pensar o ensino de sociologia na sociedade brasileira, não como um meio reprodutor de informação,

mas sim, como um meio de desalienação que atua através da educação conduzindo os indivíduos à interpretação da vida e da realidade concreta para além do capital. (MÉSZÁROS, 2005).

2. A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NAS BASES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO: DA ASCENSÃO FILOSÓFICA À MISÉRIA DA RAZÃO.

Durante séculos, a civilização ocidental manteve-se estagnada na apreensão do pensamento filosófico transcendental que através da compreensão metafísica determinou a natureza e o devir dos seres humanos no desenvolvimento de suas bases sociais e civis.

Contudo, durante o período moderno, desenvolve-se no plano filosófico a percepção de que os elementos que estruturam as bases de organização social e humana são determinados por razões materiais. A riqueza é material, o ouro é material, os desejos são materiais, as guerras são materiais e a fome é material.

O cansaço à espera do divino trouxe à luz o humanismo cuja finalidade filosófica dirigiu-se à percepção de que todas as leis que subordinaram durante tantos séculos a natureza humana, estariam perfeitamente capazes de serem apreendidas e transformadas.

Desse modo, a produção econômica, a propriedade privada e o direito as leis políticas e civis, passam a ocupar a centralidade do pensamento filosófico alcançando racionalmente a objetividade material e concreta.

Pautada no Iluminismo, a emergente classe econômica burguesa anseia pela realização do direito à propriedade privada e da igualdade ao direito civil, livre para estabelecer seus pactos econômicos e materializar a riqueza que outrora lhe fora negada pelo modo de hierarquização do sistema medieval.

A objetividade do pensamento filosófico iluminista, trouxe à luz a gênese propulsora capaz de transformar a realidade a partir da apreensão dos fenômenos materiais, e desde então, não houve forma substancial de vida sequer, que se manteve intacta, como também, qualquer tipo de estrutura econômica ou política que não foi revista em todo o Ocidente¹.

¹ As revoluções burguesas ocorridas durante o século XVIII marcam um contundente período de transformação social e econômico em todo o ocidente, fato este que outrora nunca havia se constituído em nenhum outro lugar do mundo. Tais transformações alteraram por completo toda a estrutura social e cultural do final do século XVIII e início do século XIX. No que cabe as análises culturais, podemos evidenciar este período derrocado na objetivação do sujeito que centraliza em si as ilusões ascendentes de um período moderno concomitantemente as angústias e dissonâncias de uma nova configuração moral e ideológica que esbarra no crescente desenvolvimento econômico e desigual. Esses elementos podem ser evidenciados através das produções literárias de Marshall Berman (2007), Dostoiévski (2006), Goethe (1826). No que cabe as análises políticas e econômicas, as revoluções burguesas foram responsáveis por alterar a forma e os meios de produção econômica através do alargamento da produção industrial, redefinindo as bases de organização social e política a partir da nova composição da estrutura econômica que se divide entre burguesia e proletariado. Ressalta-se que o novo sistema econômico denominado como capitalismo, alienou o sujeito moderno à produção da mercadoria e redefiniu por completo as bases estruturais da sociedade feudal, determinando uma nova estrutura formada pela burguesia e pelo o proletariado. Essas análises podem ser constatadas através das Obras de Karl Marx como: O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2011); Contribuição à Crítica da Economia Política (2008), Manuscritos econômico-filosóficos (2004) e O Capital (2013).

O pensamento filosófico direciona-se à materialidade dos processos históricos, afirmando o princípio dialético da razão humana. A ciência e a ideologia constituem-se objetivamente nos interesses da totalidade do povo e no combate ao absolutismo feudal.

Vitoriosa em suas guerras revolucionárias, a burguesia ascende como nova classe dominante dos antigos sistemas políticos e econômicos, transformando tudo o que é material e humano e também tudo o que é natural. Substitui-se a produção agrária pela produção industrial, os senhores feudais pela burguesia, e os servos camponeses pelo proletariado, constituindo um sistema de produção e de organização social nunca visto antes na história da humanidade e que se perpetua até os dias atuais.

A história torna perceptível o fato de que, o desejo revolucionário burguês nunca se estendeu às condições de emancipação humana, os gritos de igualdade, liberdade e fraternidade, apenas se realizaram no alcance de uma parcela específica da sociedade, cujos interesses priorizavam apenas o desenvolvimento econômico e industrial.

Contudo, tais mudanças não operam somente na materialidade política e econômica, estendendo-se também ao campo da filosofia e da ciência. Nesse último, cuja nossas apreciações irão se inclinar se configura uma análise científica que aponta na filosofia, a existência de dois períodos distintos que marcam de formas opostas o pensamento filosófico.

O primeiro período é composto pela ascensão progressista do pensamento filosófico burguês pautadas nas concepções do Iluminismo que permitiram à burguesia consolidar as revoluções do século XVIII. O segundo período, datado pelas revoluções de 1830-1840, marca o fim de todo o pensamento filosófico progressista iniciando um processo irracionalista de decadência ideológica burguesa (LUKÁCS, 1968), no qual, Coutinho (2010) irá denominar como à miséria da razão.

Os fenômenos históricos que marcaram as revoluções de 1830-1840 levaram a burguesia a tomar consciência de que todos os elementos políticos, filosóficos e ideológicos que ela tomara para si na realização de suas revoluções estavam agora sendo utilizados contra a sua própria existência (MARX, 2011), repercutindo na necessidade imediata do abandono das ideias progressistas e filosóficas, valorizadas pelas categorias do humanismo, do historicismo e da dialética, que outrora foram substancialmente essenciais à ascensão burguesa em relação à antiga ordem feudal.

Ao tornar-se a nova classe dominante do poder ideológico e político, a burguesia inverte o seu caráter revolucionário de transformação através da tomada de um discurso conservador que, aos poucos, estreita a apreensão objetiva dos fenômenos reais como consequência de um ceticismo traidor que rompe em absoluto com o progresso social.

Segundo Marx (2011, p. 25), “Se Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”.

A tragédia ocorre entre aqueles que “trilharam o terreno feudal e ceifaram as cabeças feudais que nele haviam crescido”, e a farsa, se consolida nas revoluções de 1848, onde na Alemanha, os partidos burgueses traíram em favor de Hohenzollen e na França, traíram os ideais democráticos em favor de Bonaparte (LUKÁCS, 1968).

A partir de então, a ciência passa por um longo processo de esvaziamento racional suprimindo gradativamente em cada um de seus métodos a essência objetiva e dialética dos fenômenos que compõem a materialidade concreta.

Neste capítulo, iremos analisar como este processo de decadência ideológica burguesa e de miséria da razão se desenvolveu no pensamento filosófico da ciência sociológica. Para isso, julgamos necessário constituir de forma histórica os principais métodos científicos que fizeram parte da ascensão e da decadência filosófica burguesa.

2.1 Do pensamento Hegeliano ao Positivismo.

O pensamento de Hegel marca a riqueza das determinações daquilo que chamamos de tradição progressista burguesa (COUTINHO, 2010). É através de Hegel que se desenvolve na filosofia o método de apreensão dialética da realidade através da razão e da contradição.

Para Lukács

Hegel não é de modo algum o primeiro dialético consciente entre os grandes filósofos. Mas é o primeiro – após Heráclito - para quem a contradição forma o princípio ontológico último, e não algo a ser de algum modo filosoficamente superado (LUKÁCS, 2012, p. 182).

Durante muito tempo, o pensamento filosófico se inclinou a uma lógica de compreensão científica chamada de formal ou da identidade no qual suas normas elementares jamais admitiram na construção da ciência e da verdade qualquer sintoma de contradição.

Da antiguidade à Idade Média, a ideia de contradição sempre foi tida como um sinônimo de falsidade que não acolhe nos elementos filosóficos analisados, a ausência harmônica essencial das coisas. É a partir do pensamento hegeliano que essa lógica se inverte de forma substancial, tornando a existência da contradição como o único elemento capaz de possibilitar a apreensão do movimento real dos fenômenos. (MARX; ENGELS, 2007).

Outro fato importante a se destacar é a forma como Hegel interpreta a relação existente entre o sujeito e o objeto, questionando o motivo no qual as coisas se apresentam como alheias na materialidade concreta, tanto no conhecimento do mundo, quanto também na compreensão do ser humano estar no mundo, alterando também a concepção de subjetividade e objetividade estabelecida entre o sujeito e o objeto.

Hegel destaca a contradição como o principal elemento existente entre o sujeito e o objeto que categoriza a relação subjetiva e objetiva na compreensão da realidade. De modo que “a apreensão da verdade do real consiste justamente na explicação da forma pela qual o real se desdobra em sujeito e objeto” (MARX, 2007, p.11).

Contudo, a negação da contradição frente aos fenômenos reais resultou na impossibilidade de que o reconhecimento da realidade fosse percebido através de seus fenômenos sociais e políticos, justamente pelo fato de que, a sua aparência desarmônica frente às condições materiais, como as hierarquias sociais, o direito à propriedade da terra e a participação econômica e política existentes em diferentes tempos históricos, não fossem questionados como um sintoma de contradição, mas, como um elemento natural da vida humana condicionado por um fator alheio a realidade.

Desse modo, o distanciamento entre essas duas categorias, o sujeito e o objeto, permitiu que durante tanto tempo, os fenômenos sociais fossem constituídos de forma inconsciente e estranhada, através da “consciência que não se reconhece no mundo e o mundo como realidade alheia a consciência” (MARX, 2007, p. 12).

A apreensão da razão a partir da consciência daquilo o que é real é o fator substancial que permite romper a cisão existente entre o mundo e a consciências dos seres humanos, o caminho da razão é, portanto, o caminho do reconhecimento da cisão e de suas raízes; em seguida, de sua superação e do restabelecimento de sua unidade (MARX, 2007, p. 12).

Deste modo, o pensamento progressista burguês marca o reconhecimento do que é racional em vista da seguridade que viabilizou as transformações sociais e econômicas na relação existente entre o sujeito e o objeto, dados através da passagem do reino da irrazão (do absolutismo feudal) para o da razão (o do capitalismo liberal), tornando cada vez mais a compreensão do real como totalidade submetida a leis de afirmação da historicidade, do humanismo, da razão dialética e dos processos objetivos, como fatores determinantes da nova racionalidade em elaboração.

Concretizam-se dentro do pensamento filosófico progressista burguês os elementos essenciais necessários para a constituição substancial da ação humana, destacados em três núcleos principais:

o humanismo, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e finalmente, a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do saber imediato (intuição) e do entendimento (intelecto analítico) (COUTINHO, 2010, p. 28).

Tal ação ainda era concebida de um modo abstrato, individualista e idealista, ou seja, como uma ação pedagógico-espiritual de esclarecimento (COUTINHO, 2010).

Ao inserir na constituição de seu pensamento filosófico a síntese da dialética, Hegel elabora a concepção histórica e humanística de que, o homem é o produto da sua própria atividade histórica e coletiva, submetido a leis objetivas e dialéticas, possibilitando o alargamento racional da filosofia burguesa através da apreensão das dinâmicas essenciais de cada fenômeno.

É precisamente em Hegel – ponto terminal de culminação dessa trajetória ascendente – que podemos indicar, em toda a sua riqueza de determinações,

as categorias essenciais daquilo que chamamos de tradição progressista, categorias que constituem o legado imperecível dessa grande época da humanidade para o conhecimento do real. O mérito essencial de Hegel reside nessa sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário (COUTINHO, 2010, p. 27-28)

Contudo, este estado progressista revolucionário cessa no momento em que a razão se torna uma ameaça a ampliação da economia capitalista e ao poder burguês, como visto nas revoluções de 1848.

Na colocação de Carlos Nelson Coutinho (2010) o rompimento entre a tradição filosófica progressista e o pensamento hegeliano não ocorre de forma espontânea e imediata. Este processo ocorre de forma gradativa em vista de suprir os antagonismos fenomênicos ocasionados pelo desenvolvimento industrial e econômico, transportando para a ideologia social formas imediatas de compreensão e de contensão do espírito revolucionário.

Não é necessariamente o rompimento com a filosofia hegeliana, mas sim, uma deformação ideológica dos inúmeros processos que constituem as categorias de seu pensamento, no qual abandona-se as categorias progressistas do saber verdadeiro e desantropomorfizador, mantendo as bases do idealismo objetivo (COUTINHO, 2010).

Este movimento leva a burguesia a apropriar-se apenas do que é relevante a sua constituição ideológica decadente. Podemos tomar como exemplo a essa questão, a assimilação burguesa à teoria de Hegel sobre o “fim da história”, que se traduz como “a mística afirmação de uma absoluta identidade entre o sujeito e o objeto” (COUTINHO, 2010, p. 29) cuja finalidade de posição ideológica se encontrou a serviço da justificação da positividade capitalista.

Deste modo coloca Coutinho;

Embora fosse na época uma classe progressista, a burguesia funda objetivamente um regime de exploração e é limitada pelas formas de divisão do trabalho que esse regime introduz na vida social. Por isso, ao mesmo tempo em que elabora um conhecimento objetivo de aspectos essenciais da realidade, tende a deformar ideologicamente várias categorias deste processo (COUTINHO, 2010, p. 29).

É justamente através do domínio ideológico que se desenvolve a decadência científica burguesa.

A essência da contradição que outrora operava entre o absolutismo feudal e a burguesia, agora se manifesta entre a burguesia e a classe operária. Deste modo, torna-se vital

à burguesia reconstituir na sociedade um novo método filosófico capaz de inverter as concepções ideológicas do pensamento progressista.

O imediatismo torna-se a base estrutural da composição científica e a objetividade do pensamento é inclinada unicamente ao desenvolvimento material das condições econômicas.

A dicotomia entre o sujeito e o objeto outrora posta pelo pensamento hegeliano é ignorada pela ascensão agnóstica do ideologismo de separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (COUTINHO, 2010), colocando novamente no âmbito filosófico o abismo existente entre a realidade dos sujeitos sociais e as afirmativas científicas que determinam a razão destes, transformando a síntese hegeliana em algo puramente espiritual,

Decerto, os pensadores dessa época sofriam também limitações impostas pela divisão do trabalho, responsáveis pelos traços ideológicos aos quais já nos referimos. Dentre elas, a mais importante é a separação que o capitalismo estabelece entre trabalho manual e trabalho intelectual, que impediu a elaboração de uma noção materialista da práxis e chegou a transformar a síntese hegeliana – a mais elevada resposta burguesa ao problema – numa solução idealista, que reduzia a atividade humana a algo puramente espiritual (COUTINHO, 2010, p. 32).

Outro elemento importante que constituiu o pensamento filosófico progressista e que foi condicionado pela burguesia ao abandono da razão é a ideia em relação às categorias que determinam o universal e o particular. Esse talvez tenha sido o fator que mais acentuou a alienação dos sujeitos sociais na sociedade moderna.

Ao direcionar a categoria do universal para o desenvolvimento global da atividade econômica, a burguesia dilata a capacidade de aplicação ideológica de uma nova síntese de relação entre os sujeitos sociais (o trabalho) e o desenvolvimento da economia capitalista (o universal). Desse modo, constitui-se um sistema orgânico capaz de ser aplicado à sociedade como meio de fundamentação do funcionamento estrutural a partir de uma determinação científica.

Tal movimento crava por completo a ruptura das categorias essências do pensamento progressista, direcionando avidamente a atividade científica no resgate das ideias positivistas clássicas que agora serão recompostas na total miséria da razão,

A nova objetividade capitalista, desse modo, permite elevar a conceito daquilo que antes só existia como virtualidade, ou seja, a realidade da humanidade como totalidade concreta de complexos teleológicos (fundados no trabalho e em suas objetivações) cujo movimento depende de leis racionais (COUTINHO, 2010, p. 33).

A nova síntese burguesa sugere como meio de legitimação da atividade econômica e social o positivismo, cujas bases de seu desenvolvimento transpôs na materialidade uma nova estrutura ideológica abandonando as categorias do pensamento hegeliano.

2.2 O positivismo como forma de decadência ideológica burguesa.

A ruptura do pensamento hegeliano trouxe à filosofia o resgate de métodos científicos anteriormente abandonados em vista de sua superação.

A ideia de contradição que fundamentou o pensamento progressista burguês é novamente exposta na história da ciência como uma anomalia a ser erradicada.

No lugar da dialética, a preposição social e estática do funcionamento orgânico; no lugar do humanismo, a coisificação dos indivíduos e no lugar da razão a apreensão imediata dos fenômenos desiguais que devem ser corrigidos através da ordem e das leis estabelecidas através da divisão social do trabalho.

A burguesia resgata na história as bases do naturalismo científico, contudo, abandona de sua gênese filosófica as características progressistas pautadas no iluminismo, iniciando o processo de abandono das categoriais essenciais e dirigindo-se à decadência ideológica burguesa e a miséria da razão.

Assim como o método científico hegeliano esteve condicionado à cisão do progresso humano, aponto à decadência ideológica burguesa, o positivismo também sofre a mesma ruptura com o pensamento progressista, transformando-se em uma estrutura poderosíssima de poder e de controle ideológico.

Podemos caracterizar as concepções metodológicas e ideológicas do positivismo em dois períodos diferentes: O positivismo clássico e o novo positivismo ou positivismo contemporâneo ou mesmo o neopositivismo, como denomina Lukács (2012).

Tomaremos como ponto de análise o pensamento filosófico de dois positivistas considerados pelo campo das ciências sociais como progressistas devido a sua atuação na construção do pensamento revolucionário burguês, sendo eles: O marquês de Condorcet e o seu discípulo, Saint Simon.

A gênese filosófica de Condorcet coloca a sua teoria sobre o positivismo como um legítimo descendente da filosofia do Iluminismo (LÖWY, 1994, p. 19), que, através da aplicação das leis naturais à vida social, atuou no combate do Terceiro Estado contra a ordem feudal, contra o obscurantismo clerical e contra a ideologia tradicionalista do Antigo Regime (LÖWY, 1994).

Pautado no pensamento clássico de filósofos como Bacon e Descartes, de fisiocratas como Turgot e de clássicos Ingleses como Adam Smith, Condorcet acreditava que, tanto a economia política como também, o conjunto de fenômenos sociais, poderiam ser perfeitamente aplicados ao método das ciências da natureza e à precisão do cálculo,

submetendo-se a leis gerais que condicionam o equilíbrio e a harmonia de todo o sistema econômico e político, possibilitando a emancipação do conhecimento social burguês na superação dos interesses das classes dominantes, neste caso, contra o obscurantismo clerical (LÖWY, 1994).

A perspectiva de imunidade ou de neutralidade que opera dentro do pensamento positivista de Condorcet, concentra a sua crítica ao exagerado idealismo agnóstico que determina as estruturas econômicas e sociais de seu tempo histórico, através dos interesses e paixões.

Nesse caso, as paixões não são tidas como sentimentos, propriamente dizendo, mas como forma subjetiva e idealista de se constituir as estruturas econômicas e sociais à partir dos interesses de uma determinada classe: o clero.

Condorcet acreditava que somente através da neutralidade científica e da aplicação dos métodos físicos e matemáticos contidos nas ciências da natureza, seria possível ofuscar a existência de sentimentos e paixões contidos na organização econômica e social e que, submetidas à um sistema de leis necessárias como a ordem, a política e a moral, atuariam na sociedade com o mesmo equilíbrio que as leis naturais.

Daí, a ideia de uma ciência natural da sociedade ou de uma “matemática social” baseada no cálculo das probabilidades. O estudo dos fatos sociais foi, por muito tempo, “abandonado ao acaso, à avidez dos governos, à astúcia dos charlatões, aos preconceitos ou aos interesses de todas as classes poderosas”; aplicando o novo método à moral, à política e à economia pública, pode-se “seguir nas ciências um caminho quase tão seguro quanto o das ciências sociais”. Aliás, as ciências da sociedade procuram incessantemente aproximar-se deste “caminho das ciências físicas que o interesse e as paixões não vêm perturbar (LÖWY, 1994, p. 19).

Os argumentos desenvolvidos no positivismo de Condorcet trazem-nos uma análise peculiar que se diferencia de todos os outros filósofos positivistas. A forma como Condorcet apreende a realidade no qual está inserido, permite-o pensar na aplicabilidade do método em função da transformação social e política. Mesmo que partindo dos limites científicos das leis naturais, Condorcet tenta legitimar o funcionalismo de sua teoria na aplicabilidade dela contra a ordem feudal.

Outro fator interessante a se observar, é a forma como Condorcet percebe os fenômenos reais de seu tempo não se limitando à construção da ciência em si, mas sim, projetando o seu método na materialidade social e econômica, manifestando-se sempre contra as doutrinas teológicas que durante tantos séculos ocuparam a centralidade do desenvolvimento humano (LÖWY, 1994).

Condorcet apreende as limitações dos naturalistas clássicos em vista de que a realização de seu método, alcance formas interpretativas gerais e não limitadas à um determinado objeto de análise. Podemos tomar como base a este argumento, a posição de Condorcet em relação a Galileu.

Galileu desenvolve o seu método através da erradicação de qualquer tipo de superstição ou de preconceito de alguma autoridade, rejeitando a austeridade filosófica de qualquer método que não fosse dado através da experiência ou do cálculo (LÖWY, 1994). A crítica de Condorcet a Galileu refere-se aos limites de captação e realização de sua ciência que se encontra restrita à matemática e a física, fazendo-se necessário conceber uma ciência capaz de apreender também os fenômenos sociais e políticos.

Desse modo, Condorcet se afasta das teorias filosóficas de Galileu, aproximando-se do método científico de Bacon e Descartes, constituindo na construção de seu pensamento, as análises sociais e científicas da economia e da sociedade como um todo.

Segundo Löwy

Condorcet censura Galileu por limitar-se “exclusivamente às ciências físicas e matemáticas”: trata-se agora de ampliar esta atitude – apoiando-se no método de Bacon e de Descartes – para as ciências econômicas e políticas. O combate à ciência social livre de “paixões” é, portanto, inseparável da luta revolucionária dos Enciclopedistas e de toda a filosofia do Iluminismo contra os preconceitos, isto é contra a ideologia tradicionalista (principalmente clerical) do Antigo Regime (LÖWY, 1994, p. 20).

A partir de tais colocações, observa-se no método positivista de Condorcet as características do pensamento filosófico progressista burguês, contudo, é importante ressaltarmos o fato de que, tal método analítico refere-se sempre as categorias do passado e do presente, isto é, a relação existente entre a antiga ordem feudal e a mais nova classe burguesa.

A apreensão de seus exames escapa a ideia de que, “a nova ciência econômica e política, representadas pelos fisiocratas, A. Smith e pelos próprios Enciclopedistas, esta ciência racional, precisa e experimental pudesse estar, ela também, ligada a interesses sociais” (LÖWY, 1994, p. 20). Tal limitação, não foge das características do método positivista.

Outro autor do positivismo considerado como progressista, foi Saint Simon, que se utiliza dos meios físicos e fisiológicos relacionados à ciências naturais para a compreensão do “corpo social” e define a ciência da sociedade como uma “fisiologia social”.

O caráter progressista desse pensador é representado pela aplicabilidade das leis fisiológicas nos organismos sociais como forma de “apelo” ao fim do absolutismo feudal e pela mudança de regime na França (LÖWY, 1994).

O combate, para a ciência positiva do homem, está, em S. Simon, indissolavelmente ligado à luta dos “produtores” (tanto os empresários quanto os operários) contra os parasitas, os “sanguessugas” clericais – feudais da restauração (LÖWY, 1994, p. 22).

Após as revoluções de 1789, Simon abandona o ponto de vista filosófico no qual o poderia designar como “burguês revolucionário” (LÖWY, 1994) para constituir a ideia de socialismo utópico, expressa pelo princípio de que o equilíbrio social ocorreria de forma lenta e gradual, organizado pela burguesia.

Mesmo que completamente permissivo ao desenvolvimento econômico e industrial, o positivismo de S. Simon representa uma categoria ideológica diferente dos sucessores deste método científico.

A atuação do positivismo de S. Simon tem por finalidade o deslocamento dos fenômenos sociais existentes em seu tempo. Não caracterizando, uma postura de poder ideológico cuja finalidade representa a decadência ideológica burguesa, de forma que, o movimento de sua época constituía um capitalismo emergente ainda em face de ser consolidado. Deste modo a apropriação do naturalismo científico direciona suas bases contra as estruturas existentes e não pela manutenção delas, indicando, o progresso burguês em sua concepção filosófica.

Deste modo, coloca Löwy;

Mas é importante sublinhar que esta “naturalização” da sociedade e da ciência social, esta utilização abusiva da analogia “orgânica” não tem neste autor – como terá nos positivistas posteriores – uma significação apologética conservadora em relação a ordem estabelecida; muito pelo contrário, ela tem uma função eminentemente crítica e contestadora; Apesar das repetidas garantias de S. Simon sobre o caráter “organizador” e não revolucionários de seus escritos, sua dimensão subversiva é inegável e não deixou de chamar a atenção das autoridades (LÖWY, 1994, p. 21).

Dados os avanços da economia industrial e capitalista, os efeitos das revoluções burguesas já se apresentam na sociedade moderna na forma mais intensa de sua contradição. A partir deste momento, o positivismo não opera mais a favor de qualquer revolução, mas sim, a partir da manutenção da ordem burguesa e da seguridade econômica.

A obstrução lógica dos ideais progressistas trouxe ao positivismo novas determinações dirigidas à aplicação das ciências naturais a sociedade. O caráter revolucionário de transformação social passa a se colocar na ciência de forma resignada, condicionando a estrutura do trabalho e de classes sociais a um sistema econômico de produção cujo fim parece estar determinado.

Desse modo, o positivismo progressista se transpõe à miséria da razão na constituição teórica de seus novos autores, Augusto Comte e Émile Durkheim

Não é por acaso que Augusto Comte – e não Condorcet ou S. Simon – seja considerado o fundador do positivismo. De fato, é ele que inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual axiológico que tende em defesa da ordem estabelecida (LOWY, 1994, p. 22).

A projeção do pensamento positivista que antes representava a transformação social contra a ordem estrutural do feudalismo materializa-se na sociedade capitalista e industrial de forma completamente contrária aos ideais de Condorcet e S. Simon. Comte nega a natureza filosófica de seus antecessores no momento em que ele apreende o fato de que a crítica incisiva e negativa de análise do sistema político e econômico torna-se ultrapassada e perigosa (LÖWY, 1994).

O caráter progressista que permeava a ciência positivista de Condorcet e S. Simon é enfaticamente substituído pelo retrocesso axiológico que irá se determinar a partir do caráter ideológico.

É importante ressaltarmos o fato de que conforme as dinâmicas econômicas e políticas se reconstroem constituindo novos fenômenos sociais, a ciência abandona as características essenciais de análise dos objetos.

As revoluções burguesas tinham como finalidade única a emancipação econômica e política de uma determinada classe. A realização deste processo excluiu qualquer forma de apreensão constituída através da interpretação dos resultados desiguais que esse novo sistema ocasionou na sociedade. As análises sociais passam do deslocamento das dinâmicas contraditórias para o estabelecimento axiológico e ideológico.

Os fatores históricos não mais representam a necessidade de transformação e sim de finalidade, e a imposição ideológica da moral e da lei, permitem condicionar as classes dominadas à resignação deste novo sistema.

O rompimento com o positivismo progressista é marcado pelo descontentamento de Comte em relação a “disposição revolucionária” de S. Simon, revelada no ano de 1824, através de uma carta escrita ao d’Eichtal.

No ano seguinte, Comte entra em contato com a obra dos autores da contrarrevolução (De Bonald e De Maistre), saudando-os em seu trabalho: “Considerações sobre as ciências”. (LÖWY, 1994).

É certo de que as circunstâncias nos quais leva a Comte promover este deslocamento científico fazem parte da conjectura histórica que tende a eliminar as inspirações de 1789.

Trata-se de uma nova ordem, uma nova ordem industrial contendo o progresso – isto é, o desenvolvimento da indústria e das ciências.

Segundo Löwy

É apaixonante observar como o conceito que havia servido de instrumento revolucionário por excelência no século XVIII, que esteve no coração da doutrina política dos insurretos de 1789, altera o seu sentido no século XIX, para se tornar, com o positivismo, uma justificação científica da ordem social estabelecida (LÖWY, 1994, p. 27).

Mesmo que executado a ruptura filosófica com Condorcet e S. Simom, Comte continua a desenvolver o seu método positivista a partir da aplicabilidade das ciências naturais na compleição de sua ciência que passa a atuar na defesa sistemática da ordem social. Em seu trabalho intitulado: “Considerações filosóficas a respeito das ciências e dos sábios”, Comte caracteriza o desenvolvimento de sua teoria a partir das seguintes perspectivas:

Entendo por física social, a ciência que tem por objeto o estudo dos fenômenos sociais considerados dentro do mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos e fisiológicos, quer dizer, como sujeitos a leis naturais e invariáveis (LÖWY, 1994, p. 23).

A determinação da física social marca a estrutura do pensamento de Comte. Para o autor o sistema social desenvolve-se da mesma maneira em que as leis da natureza cumprem o seu equilíbrio. Desse modo, a propriedade privada e o acúmulo de capital tornam-se parte substancial da organização social e política, não apresentando em sua existência, nenhuma contradição. Assim como a leis naturais, a sociedade também é regida pela lei do mais forte, pela cadeia alimentar e pela seleção natural, representada pela riqueza da burguesia que permite o desenvolvimento tecnológico e industrial e pela classe trabalhadora que deve se adaptar a existência deste sistema de forma harmônica e natural.

O princípio de neutralidade exposto na teoria positivista de Comte, agrava mais ainda a apreensão real das contradições sociais e científica, pois, seria impossível regular o equilíbrio entre duas massas que apresentam medidas completamente diferentes, é um antagonismo este, que a própria matemática não comporta em sua realização.

A ideia de neutralidade serve tão somente para legitimar as leis agnósticas apropriadas pelo positivismo, tornando a natureza dos seres humanos um simples devir escrito pelo destino.

Ao se abster do sentido real das coisas, abstém-se também da compreensão fenomênica que constitui os elementos, e ao não categorizar a precisão dos elementos

existentes, utilizando-se do princípio de neutralidade, abandona-se as análises científicas por suposições inteiramente ideológicas, para Lukacs

Foi só no positivismo, com o princípio da economia do pensamento etc., que a manipulação apareceu como diretriz suprema do conhecimento científico e o pragmatismo, seu contemporâneo e intimamente aparentado, construiu sobre tal princípio nada menos que a sua teoria de verdade (LUKÁCS, 2012, p. 57).

A ênfase que se direciona a análise da composição do positivismo, inclina-se a contextualizar a forma como o pensamento filosófico se desloca da categoria de apreensão fenomênica para a de manipulação ideológica.

O interesse de realização do poder político e econômico leva a burguesia a necessidade de reestruturar a forma como os indivíduos compreendem o seu papel social.

Completamente distante de promover a emancipação humana, a burguesia passa através da “ciência”, a se utilizar de mecanismos ideológicos para sobrepor a existência da contradição.

A clareza desta ação, não foge aos olhos de Comte, que em seu trabalho intitulado: “Curso de Filosofia positiva”, revela a existência do conservadorismo contrarrevolucionário no desenvolvimento de sua pesquisa.

Ele (o positivismo ML) tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação. Evidentemente só é possível haver uma verdadeira resignação, isto é, uma permanente disposição para suportar com constância e sem nenhuma esperança de compensação, qualquer que seja, os males inevitáveis que regem os diversos gêneros de fenômenos naturais, a partir de uma profunda convicção da invariabilidade das leis. É, pois, exclusivamente com a filosofia, positiva que se relaciona tal disposição, em qualquer tema que ela se aplique, e, por conseguinte, em relação também aos males políticos (LÖWY, 1994, p. 25).

É exatamente a essência deste princípio que conduz a ciência à decadência ideológica.

Tal efeito encontra-se concomitante aos descaminhos que a ciência toma durante a modernidade, esvaziando-se da razão e da racionalidade, no qual, as inversões dos valores científicos passam a ser utilizados unicamente para a manutenção do poder burguês. Deste modo, observamos que, a crítica do positivismo não precisa ser posta a luz do materialismo histórico dialético para que seja possível apontar o seu esvaziamento racional, tornando possível, realizar a crítica da “razão” burguesa na condição de inversão de valores a partir do próprio positivismo desenvolvido por Comte e Durkheim. Segundo Löwy, “Comte “inventou”

o termo sociologia, mas é antes Durkheim quem deve ser considerado o pai da sociologia positiva enquanto disciplina científica” (LÖWY, 1994, p. 26).

Partindo pelos pressupostos de Comte, o positivismo de Durkheim instaura uma forma de compreensão cuja finalidade está no desenvolvimento de uma ciência que passa a se diferenciar da filosofia. Introduce-se no campo científico a área de ciências sociais, especificamente a de sociologia, que busca categorizar as ações sociais e políticas como forma de afirmação da existência de ambas.

Para Durkheim (1999), a economia só poderia progredir a partir do momento em que as bases sociais estivessem organizadas a fim de atender as necessidades de seu desenvolvimento. Deste modo, tanto a economia política, como também a organização social, estariam condicionadas a regulamentações de leis naturais, desenvolvendo assim a lei social natural que determina o marco inicial da sociologia.

Os economistas foram os primeiros a proclamar que as leis sociais são tão necessárias como as leis físicas. Segundo eles, é tão impossível a concorrência não nivelar pouco a pouco os preços... como os corpos não caírem de forma vertical... Estenda este princípio a todos os fatos sociais e a sociologia estará fundada (LÖWY, 1994, p. 27).

Ao se apropriar das leis naturais para o desenvolvimento de sua análise sociológica, Durkheim cria as regras do método tratando os fatos sociais como coisas. Assim como a natureza é formada por coisas, a formação social também estaria aplicada à mesma lógica.

Se o positivismo de Comte se direcionava abruptamente para a decadência ideológica burguesa, o positivismo de Durkheim encontra-se completamente inserido dentro deste conceito. Ao coisificar os elementos sociais, isto é, os seres humanos e as suas relações com o trabalho, descarta-se de imediato qualquer apreensão humanística. Ao tomar a relação desigual da estrutura econômica social como uma lei natural, ignora-se o historicismo e por fim, ao estabelecer um sistema de leis coercitivas, retira-se do campo material a dialética.

Desse modo, o positivismo conduz a negação dos processos históricos e sociais do conhecimento, manifestando-se como uma ideologia conservadora que se identifica diretamente com a ordem industrial do sistema capitalista burguês, e que, permeia na sociedade moderna o aniquilamento transgressor revolucionário, invertendo a radicalidade iluminista às análises estáticas da sociedade.

O abandono das categorias progressistas que outrora garantiram que as análises econômicas e políticas fossem postas a prova como um fator historicamente disfuncional no qual deveria por excelência humana ser corrigidas, apresentam-se agora, como um sistema

natural que atua em seu devir histórico, tornando-se necessário se abdicar das condições presentes e adaptar-se ao destino proporcionado pela natureza das coisas,

a sociedade é, da mesma forma que um ser vivo, “um sistema de órgãos diferentes no qual cada um tem um papel particular”; certos órgãos sociais têm “uma situação especial e, se quer, privilegiada”, situação evidentemente natural, funcional e inevitável: “Ela se deve à natureza do papel que ela cumpre e não a qualquer causa estranha a sua função”. Este privilégio é, portando, um fenômeno absolutamente normal que se encontra em todo o organismo (DURKHEIM, apud LÖWY, 1994, p. 27).

As formulações teóricas expressas na obra de Durkheim inclinam-se sobre as análises estatísticas, comparativas e imediatas, no qual aplicadas as leis naturais devem ser submetidas à ação social.

É importante ressaltar que, Durkheim não o faz de forma ingênua e despercebida. Uma de suas principais obras, “Da divisão do trabalho Social” (1999), fora publicada originalmente na França no ano de 1893, aproximadamente quatro décadas após as revoluções de 1848, e, quase três décadas após a publicação do Livro “O Capital” de Karl Marx.

Neste momento histórico, a classe operária ainda convulsiona as derrotas de Julho e de Fevereiro de 1848 e não somente vive este mal estar, como também, apresenta-se profundamente emersa às novas condições sociais marcadas pelo desemprego, pela fome e pela miséria subjugada ao salário.

A ideologia burguesa, isto é, a ideologia decadente, ignora no campo da ciência as contradições existentes entre a economia política e a classe trabalhadora, ao ponto de servirem apenas, para aprofundar a alienação dos sujeitos sociais, no sistema de reprodução da mercadoria.

O positivismo instaura no campo da sociologia a conformidade da divisão social do trabalho como forma de equilíbrio às disfunções ocasionadas pelo desenvolvimento da economia capitalista. Essa, não se limita a submeter a si todos os campos da atividade material, provocando profundas deformações que se revelam também nas diversas manifestações ideológicas,

A covarde submissão a estes efeitos da divisão do trabalho, a passiva aceitação destas deformações psíquicas, e morais, que são inclusive agravadas e enfeitadas pelos pensadores e escritores decadentes, constituem um dos traços mais importantes e essenciais do período de decadência (LUKÁCS, 1968, p. 63).

O positivismo de Émile Durkheim, caracteriza todos os elementos da decadência ideológica burguesa. Seus conceitos tornam visíveis as formas puramente ideológicas de sua

ciência. A lei social natural, a divisão social do trabalho, a solidariedade orgânica, a coerção e os preconceitos passionais, não passam de conceitos que interessam somente a ideologia burguesa e que atuam na materialidade concreta no sentido de resignar cada vez mais a classe trabalhadora, apresentando qualquer forma de transgressão como um estado patológico que conduz a sociedade a um estado mórbido do corpo social.

Toda a ciência de Durkheim é desenvolvida a partir da interpretação dos fenômenos que se manifestam na sociedade. É sempre secundária, póstuma e sucessora ao fenômeno social, atuando sempre de forma remediada às “patologias sociais”, nunca de forma preventiva. A única finalidade de sua ciência é a de comportar as desigualdades econômicas e sociais em seu sistema conceitual, que usurpa da ciência para defender seu ideal burguês.

No que cabe ao desenvolvimento da sociologia como ciência, nenhuma característica da decadência ideológica burguesa foge à regra. O método sociológico de Durkheim rejeita de imediato qualquer tipo de relação existente entre o sujeito e o objeto, de modo em que, nenhum sentimento, ideologia ou preconceito deve ser transferido às análises sociológicas.

Durkheim lança a seguinte indagação, como o pesquisador em ciências sociais pode se colocar no estado de espírito do químico, se o objeto de seu estudo, o conhecimento da sociedade, é também um objeto de combate político acirrado, onde se enfrentam as ideologias, os “preconceitos passionais”, as concepções de mundo, os interesses radicalmente opostos? (DURKHEIM, 1999).

A resposta a esta pergunta é dada no seu mais amplo sentido de tentativa de neutralidade. Para Durkheim a sociologia como ciência deve-se abster de qualquer conceito individualista, comunista ou socialista, que por essência ignorará tais teorias devido ao fato de ser incapaz de reconhecer cientificidade em cada uma delas, já que estes conceitos tendem, a transformar os fatos existentes e não apenas compreendê-los.

Torna-se necessário que se afaste todas as pré-noções, paixões e juízo de valor, alcançando assim a serenidade e a imparcialidade científica, isto é, o “sangue frio”, constituindo na sociologia, mais um conceito, o conceito de boa vontade positivista

O positivismo surge, em fins do século XVIII - princípio do século XIX, como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até os nossos dias, uma ideologia conservadora e identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida (LÖWY, 1994, p. 18).

2.3 Max Weber; o historicismo e a burocratização como apontamentos da decadência ideológica burguesa.

Até aqui, construímos de forma cronológica os principais autores e fatores históricos que nos permitem entender como se desenvolveu a decadência ideológica burguesa e o abandono das ideias progressistas revolucionárias ao longo da história. Com o intuito de demonstrar como a ocupação ideológica tomou os espaços da racionalidade auferindo no meio social a resignação dos sujeitos através do desenvolvimento da economia capitalista.

Contudo, ao tratar da especificidade de Max Weber, torna-se notória a necessidade de dada delicadeza na constituição teórica deste assunto. Primeiro porque, nenhum outro autor se ocupou de forma tão completa e robusta a categorizar o seu método de análise a partir da racionalização dos efeitos sociais, e segundo porque, sua sociologia ocupa demasiado espaço na construção científica das ciências sociais.

Mesmo que considerado um dos maiores autores de seu tempo, até os dias atuais, algumas de suas realizações não fogem a especificidade da decadência ideológica burguesa e da miséria da razão.

Sem dúvidas, Weber foi um homem que se ocupou em construir uma ciência objetivada no mais alto nível de complexidade em relação à análise de seu objeto, fracionando todas as possibilidades de significação do mesmo, através das multi-causalidades dadas às variabilidades dos resultados.

Devido a sua peculiaridade no campo das ciências sociais, este tópico não irá tratar das especificidades da crítica de seu método, esse é digno e carece de uma pesquisa singular. Trata-se de apontar as ações científicas e filosóficas do pensamento *Weberiano* que incidem no conceito de decadência ideológica burguesa a partir das seguintes abordagens específicas: o historicismo e a burocratização.

Weber sempre demonstrou grande admiração pelo capitalismo burguês, atribuindo ao mesmo a enorme façanha de ter consolidado a maior revolução da história representada pela transição do feudalismo para o capitalismo industrial. Para o autor, o desenvolvimento da economia capitalista é uma realização imanente dos seres humanos, onde, suas bases históricas encontram-se no princípio da constituição social, perceptível na antiguidade e impelida durante a idade média, cuja libertação e o retorno ao desenvolvimento ocorrem à luz das revoluções burguesas.

Desse modo, a sociologia *Weberiana* “é construída sobre uma estrutura conceitual que filtra toda a história através do prisma da economia moderna” (WOOD, 2010, p. 135),

atribuindo à natureza dos fenômenos à atividade econômica como forma de estruturação social.

Em seu trabalho intitulado: *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*, Weber contextualiza o fato de que a Idade Média concebida pela estrutura econômica do feudalismo representou para a história, o atraso do desenvolvimento econômico e também cultural de todo o ocidente. Somente através da ampliação econômica burguesa e da divisão livre do trabalho, é que se tornou possível resgatar a humanidade de suas mazelas políticas, econômicas e intelectuais,

Foi somente quando a cidade medieval se desenvolveu em razão da divisão livre do trabalho e do intercâmbio comercial, quando a transição para uma economia natural tornou possível a evolução das liberdades burguesas, e quando foram arrancados os grilhões impostos pelas autoridades feudais internas e externas, que - tal como Anteu – os gigantes clássicos recuperaram um novo poder, e a herança cultural da Antiguidade reviveu à luz da moderna civilização burguesa (WEBER, apud WOOD, 2010, p. 136).

Este estado racional de desenvolvimento e progresso econômico não viria a cargo do destino sem que houvesse uma determinação social que impulsionasse a condução do mesmo.

Nesse sentido, Weber categoriza o trabalho como o fenômeno principal da realização econômica, contudo, a essência valorativa que o autor institui ao trabalho, não trata das determinações objetivas do sistema de classes sociais, mas sim, de sua constituição ética, que, permitiu à burguesia promover o desenvolvimento do capitalismo.

Na concepção de Weber, o trabalho é tido como a fonte produtora de riqueza e também de trabalho, a confecção da mercadoria dada em troca do salário não obtém uma finalidade em si porque esta é um resultado do próprio sistema econômico que determina por necessidade, a existência mútua do produto e do produtor, isto é, a mercadoria, o operário e o dono da fábrica são figuras necessárias no processo estrutural de qualquer sistema econômico, cujas bases se categorizam de forma inovadora no capitalismo industrial, por se tratar de um modo de estrutura que só existe na sociedade moderna, mas que, ao longo da história encontra-se determinada pelo próprio desenvolvimento econômico.

A historicidade é um fator elementar na constituição do pensamento social weberiano, mesmo que exista uma forte contradição no conceito de história dentro da própria perspectiva metodológica do autor, sua narrativa parte sempre da contextualização dos eventos ocorridos na formação econômica, política e social que antecede o seu tempo.

Através desse resgate histórico, Weber determina o espírito do capitalismo como um processo que esteve ao longo do tempo em contínuo desenvolvimento, porém, sobre determinações diferentes. Por exemplo, ao afirmar que o espírito do desenvolvimento do

capitalismo foi o motivo precursor das revoluções burguesas, Weber transfere à produção econômica e ao trabalho livre, a responsabilidade do alargamento tecnológico e industrial aplicado as leis variáveis de um mercado correspondente.

Assim, a natureza que incide sobre a perspectiva de trabalho em Weber, constitui a essência valorativa do fenômeno como forma propulsora de desenvolvimento, regulamentada pelo desejo de ação, isto é, pelo trabalho realizado através da burguesia na prospecção do desenvolvimento do capitalismo industrial.

A diferença existente entre o trabalho exercido pelo proletariado e a burguesia, nada representam, a não ser, determinações lógicas e necessárias. É certo que, em nenhum outro momento da história se configurou a experiência de classes sociais, porque este é um resultado único da sociedade moderna, porém, as relações existentes em torno do trabalho, sempre determinaram a centralidade de todas as civilizações.

A forma como o trabalho se realiza em diferentes tempos históricos, nada mais representa, se não, o formato econômico das diferentes civilizações. Contudo, isso apenas se configura de maneira contraditória na sociedade moderna, cujo socialismo se apresenta inerente a classe proletária.

Para Weber,

As lutas de classes entre as parcelas credoras e devedoras; proprietários rurais e sem terra, servos ou meeiros; interesses comerciais e consumidores ou senhores de terras existiram em toda parte nas mais diversas combinações. Mas mesmo as lutas medievais entre empreiteiros e seus trabalhadores existiam, noutros lugares, apenas no começo. O atual conflito entre o empreendedor industrial de grande escala e os trabalhadores livres era totalmente ausente. E por isso, não poderia haver os problemas com o socialismo (WEBER, 2010, p. 8).

Assim como o trabalho, a questão do acúmulo de riqueza não representa a razão ou a finalidade do problema da sociedade moderna, e tal fato, não corresponde ao capitalismo em si, ao contrário deste, essa concepção ou ideia de acúmulo, para Weber, também faz parte de um processo existente em todos os tipos de organização social humana, do ocidente ao oriente,

O impulso para o ganho, a persecução do lucro, do dinheiro, da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesma, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu entre os garçons, médicos, cocheiros, artistas prostitutas, funcionários desonestos, soldados, nobres, cruzados, apostadores, mendigos etc... Pode se dizer que tem sido comum à toda sorte e condição humanas em todos os tempos e em todos os países da terra, sempre que se tenha apresentado a possibilidade objetiva para tanto (WEBER, 2010, p. 5).

Desse modo, a produção econômica deve se realizar em sua capacidade máxima, gerando empregos e produzindo riquezas sem que haja qualquer obstáculo capaz de deter ou transformar este sistema econômico de produção.

A ética do trabalho se realiza no momento em que, os sujeitos sociais encontram sua finalidade e seu papel social, e os executam, no princípio de desenvolvimento.

Para Weber, tanto as ações sociais quanto os resultados econômicos equilibram-se numa espécie de mercado regulador seguido por um sistema lógico de realização. Este fato impede a existência de grandes monopólios financeiros dadas à concorrência do livre mercado.

Esse mercado regulador torna-se o responsável por definir a estrutura econômica através do ganho e da perda de capital, do valor da mercadoria, da taxa de lucro e sobre as incidências invariáveis e variáveis que condicionam as leis e regras que o fundamenta.

A regulamentação econômica e social, encontra o seu estado de harmonia a partir do momento em que se instaura na realização da burocracia. Nesse sentido, a burocracia representa o estabelecimento das leis econômicas e sociais que determina o trabalho livre e o avanço tecnológico e industrial.

Para Weber, todas as instituições partem do pressuposto organizacional de regras fundamentais e necessárias, assim como o estado, a igreja e as grandes empresas econômicas, a sociedade também deve ser instituída a partir de tais regras. A burocracia em tal caso, opera na forma de objetivação da função social em vista de aprimorar o desenvolvimento do trabalho onde, as ações humanas, devem somente cumprir o seu dever social sem que o seu caráter humanizado, isto é, sem que seus sentimentos e ideias particulares (que devem sempre manter-se restritos na esfera da vida privada, ou daquilo que se categoriza como pessoal), interfiram na organização do todo a burocratização

oferece acima de tudo, a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas de acordo com considerações exclusivamente objetivas. Tarefas individuais são atribuídas a funcionários que tem treinamento especializado e que, pela prática constante, aprendem cada vez mais. O cumprimento “objetivo das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo ordens calculáveis e “sem relação com pessoas”. “Sem relação com pessoas” é também a palavra de ordem no “mercado em geral” de todos os empreendimentos onde há apenas interesses econômicos (WEBER, 2010, p. 250).

É justamente pelo fato de haver “apenas interesses econômicos”, que o conceito de Weber se situa completamente imerso na miséria da razão.

Primeiro, considerando que, ao tornar a economia como o fator substancial da sociedade, Weber descarta todos os elementos que determinam a existência desta, na sua compreensão objetiva do todo.

Nesse caso, a ação humana como atividade prática e dialética, deixa de existir como resultado da mecanização seguida de um sistema de regras e valores. Segundo porque, esse sistema de regras e valores, nada mais representa do que se não, um sistema de lógica vazio e que não agrega valor nenhum a execução da atividade prática, tendo em vista que a mecanização dos procedimentos apenas aniquila a possibilidade de interação entre os sujeitos e os objetos, transformando as relações humanas e de trabalho, em meros sistemas reprodutores de uma conduta.

A ideia de burocratização estabelecida por Weber, nada mais representa, o mais puro resultado da decadência ideológica burguesa, justamente por tal suposição manifestar-se no mais amplo sentido de alienação ocasionado pelo próprio capitalismo no qual Weber está inserido,

A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em “regras” formais pseudo-objetivas. E sua generalização serve diretamente à perpetuação do capitalismo, pois reproduz incessantemente a espontaneidade da economia de mercado, desligando-se da totalidade (do conteúdo social, das possibilidades de renovação, da finalidade humana do todo social) e submetendo todas as contradições reais a uma homogeneização formalista (COUTINHO, 2010, p. 41).

É certo que, Weber sempre compreendeu as limitações de suas suposições teóricas e científicas como resultado de sua própria realidade econômica, este próprio recorte da totalidade, é o que compõe a essência do seu método sociológico.

A erudição de Weber tornou permissível que suas análises não se restringissem somente à economia política, categorizando o autor como um dos mais importantes intelectuais também da sociologia. Sobre isso, incidem dois fatores específicos que nos permitem apontar a miséria da razão na constituição de seu pensamento teórico: a historicidade e o relativismo.

Existe uma contradição perceptível na concepção de historicismo desenvolvida por Weber. Ao mesmo tempo em que o autor fundamenta toda a sua base teórica, seja na área da economia, da política ou da sociologia, o autor toma para si as análises dos fenômenos concretos existentes em outras civilizações em um período análogo ao que o mesmo se encontra.

O historicismo é um elemento fundamental da estrutura literária weberiana, contudo, a forma como o autor interpreta a história é justamente a linha tênue que o coloca entre a racionalidade e a miséria da razão.

Weber analisa a história não como um princípio contínuo e dialético, cujas causas fenomênicas são constituídas a partir dos processos outrora vivenciados e que fazem se valer a partir da experiência. Para o autor, a história apenas se efetiva como forma contemplativa de uma narrativa, de modo que, os fatos ocorridos em outros tempos, na figura de outros sujeitos, nada apresentam, interferem ou correspondem ao tempo atual, a questão é:

em que medida essa narrativa histórica é importante para nós, qual é o seu significado contemporâneo? A resposta de Weber nesta ocasião é de que não há vínculos entre o processo examinado e o mundo contemporâneo: trata-se de universos radicalmente heterogêneos. Inútil procurar nele um caráter exemplar ou a resposta para questões atuais [...] o declínio de uma velha cultura é um espetáculo grandioso, digno de ser reconstruído pela pesquisa histórica; mas seu interesse é estritamente histórico (COHN, 2003, p. 11).

Para Gabriel Cohn (2003), o problema do historicismo weberiano pode ser caracterizado pelos seguintes elementos:

tudo indica que Weber está tão preocupado com marcar suas diferenças tanto em face das interpretações que buscam causas externas para o processo examinado quanto de qualquer concepção que envolva as ideias de “progresso” ou evolução objetiva do decurso histórico (entre as quais ele inclui o materialismo histórico) que ele acaba não se dando conta de toda a amplitude desse tema, que muito o ocuparia mais tarde (COHN, 2003, p. 12).

O que demonstra uma preocupação de Weber em distanciar do objeto de estudo qualquer forma tendenciosa de interpretação e sentimento que poderiam partir do cientista em relação ao objeto.

Assim, ao tomar a história como análise de um fenômeno da conjuntura atual, significa, para esse autor, transferir ao objeto analisado, ideias pré-estabelecidas sobre ele mesmo, que tende imediatamente, a interferir no resultado de possíveis constatações. Contudo, como aponta Cohn (2003), Weber ainda se inclinaria a trabalhar ideia de história e historicismo de uma forma mais profunda, possibilitando-o a amadurecer esse conceito anteriormente atribuído.

A relação que se estabelece entre Weber e o historicismo não se resume à contemplação de fatos, mas sim, no método comparativo de análise destes. Weber não busca na história a gênese do capitalismo, o autor utiliza-se da história para apontar “detalhes” que permitem comparar o desenvolvimento econômico de outros tempos, em outras culturas e em

outras sociedades, neste caso, “a análise comparativa não opera, então, na busca do que seja comum a várias ou a todas as configurações históricas, mas pelo contrário, permitirá trazer à tona o que é peculiar a cada uma delas” (COHN, 2003, p. 15).

Assim, pode-se dizer que a história e o historicismo weberiano configura-se na seguinte perspectiva,

Deste logo, portanto, a pesquisa histórica pode ajudar-nos em duas coisas: apontar os traços que reputamos importantes no nosso mundo contemporâneo e que também estejam presentes em outras épocas e lugares, devido a causas específicas a serem examinadas em cada caso, e assinalar traços existentes no nosso universo histórico e particular que possam ser apontados como responsáveis pelas diferenças entre eles e os demais (sendo que eles figurarão na análise como causas dessa diferença) (COHN, 2003, p. 15).

Mesmo que a concepção de Weber estivesse completamente coerente com o desenvolvimento do seu método comparativo e suas análises estivessem completamente direcionadas a materialidade concreta de seu tempo presente, o autor limita-se sempre a fragmentação da totalidade em vista de suprir os distúrbios do desenvolvimento da economia capitalista.

Ao tomar a história apenas como um método de análise comparativo na justificativa de distinguir o que é “juízo de valor” e o que é ciência, notamos que o autor abandona a racionalidade dialética dos fenômenos e suas incidências na constituição da materialidade concreta, fazendo-se valer de causas subjetivas que impelem a construção da ciência a partir da compreensão do todo. Ao afirmar que não é possível constituir a totalidade dos fenômenos devido às limitações subjetivas ou de “juízo de valor”, manifesta-se em relação ao objeto a forçosa relativização da objetividade, que esgota por completo a racionalidade material.

Para Lukács

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais (LUKÁCS, 1968, p. 64).

É certo que, o pensamento de Weber sempre esteve concentrado na particularidade de sua classe social, Löwy (1994) coloca que se Weber tivesse aprofundado a ideia que ele menciona, de passagem, sobre a afinidade eletiva entre visões de mundo e classes sociais, ele teria talvez percebido de outra forma os problemas da objetividade nas ciências sociais.

Contudo, existem alguns eventos que devem ser ressaltados. A inclinação de Weber em relação ao conceito de história, ao juízo de valor e ao relativismo fundamentam-se sobre as análises empíricas do autor em relação ao desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, muitos dos atuais teóricos da área de ciências sociais, especificamente da sociologia, ignoram que as bases teóricas do método weberiano foram constituídas a partir de uma análise material da conjuntura política e econômica alemã. Apartado dos ideólogos que o antecederam, Weber categoriza os efeitos econômicos e políticos na construção de seu método, não reduzindo a produção científica apenas no campo da ideologia ou à um ideal imaginário, como muitos cientistas atualmente o fazem.

A preocupação de Weber em separar o objeto da totalidade material, está canalizada nos efeitos nocivos que o juízo de valor exerce na constituição do poder político e na formação do Estado Alemão. Por exemplo, ao apresentar o papel que as diferenças raciais e entre nacionalidades desempenham na luta econômica pela existência (COHN, 2003, p. 16), Weber direciona completamente a ideia de cultura e de raça na defesa da constituição econômica e da integridade cultural da Alemanha. Outro exemplo é “o conceito sobre o sentido da neutralidade valorativa nas ciências sociais” (COHN, 2003), que representa o problema da interferência das causas subjetivas ou de interesses particulares na constituição do estado Alemão.

Segundo Conh,

Uma coisa, no entanto é segura: quando se decide avaliar uma ordenação das relações sociais de qualquer natureza é preciso examinar sempre e sem exceções a que tipo de pessoas ela oferece as maiores chances de tornarem-se dominantes pela via da seleção externa ou interna (entendendo-se de “interna” como referente aos motivos de ação). Pois, além do mais, não só o exame empírico jamais é realmente exaustivo como também inexistente a base factual para uma avaliação que pretenda ter uma validade conscientemente subjetiva ou objetiva. Gostaria de recordar isso pelo menos àqueles numerosos colegas que crêem na possibilidade de operar com conceitos unívocos baseados na ideia de “progresso” no tratamento de desenvolvimento sociais (COHN, 2003, p. 17).

Podemos dizer que o pensamento weberiano nunca esteve à margem dos idealistas agnósticos assim como propunha as obras de seus antecessores como Comte e Durkheim. O método sociológico de Weber sempre se empenhou, apesar de algumas contradições aqui expostas, em buscar mecanismos para a superação metodológica científica propostas pelos teóricos anteriores.

Weber morreu aos cinquenta e seis anos de idade no ano de 1920, a crença que o autor alimentava no capitalismo esgotou-se com os efeitos de seu próprio desenvolvimento. Ao

notar que o capitalismo configurara um estado de guerra que viria prejudicar a sociedade Alemã, Weber se resigna de sua admiração na compreensão de que tanto a burguesia quanto o proletariado Alemão, ainda não estavam prontos para viver e consolidar através do capitalismo, uma sociedade tecnológica e economicamente emancipada, livre dos desejos e anseios individuais, constituindo o estado de resignação weberiano (COHN, 2003).

2.4 As razões do materialismo histórico dialético.

Marx tinha treze anos quando Hegel morreu, quatorze quando morreu Goethe. Os anos decisivos de sua juventude transcorrem no período entre a revolução de Julho e a de Fevereiro. O período de sua primeira grande atividade política e jornalística é a preparação da Revolução de 1848 e a direção ideológica da ala proletária da democracia revolucionária. (LUKÁCS, 1968, p. 49).

As revoluções de 1830-1840 ocorridas na Europa alteraram por completo o percurso sucessivo de superação das estruturas sociais como resultado da centralidade política e econômica que a burguesia tomara após as revoluções iluministas.

Sob o intuito de sobrepujar o antigo sistema feudal e de estabelecer o poder hegemônico sobre as novas composições sociais dadas através da divisão social do trabalho, da propriedade privada e dos meios de produção, a burguesia institui uma nova forma de desenvolvimento científico que passa a atuar através do controle ideológico que se realiza no vazio do imediatismo e da irracionalidade. A ideologia é assim,

uma consciência equivocada, falsa da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que os ideais modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. Não são portanto, a Ideia absoluta, o Espírito, a Consciência Crítica, os conceitos de Liberdade e Justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais (MARX, 2013, p. 21-22).

Tomamos como irracional aquilo que se rendeu à miséria, ao mínimo e ao insuficiente para dar justificativas as formas de apreensão da realidade. É justamente sobre a essência deste fato que se constitui o conceito de decadência ideológica burguesa.

Para Lukács

Existe, assim, em Marx, uma vasta e sistemática crítica da grande reviravolta político-ideológica de todo o pensamento burguês no sentido da apologética e da decadência [...] a evasão da realidade, com a fuga no predomínio da ideologia “pura”, com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos próprios do “período heróico” da revolução burguesa. O pensamento dos apologetas não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, as quais pelo contrário, ele busca mitigar, de acordo com as necessidades econômicas e políticas da burguesia (LUKÁCS, 1968, p. 51).

Nenhum outro autor na história transpôs para a realidade material e concreta a apreensão filosófica do pensamento progressista burguês como o fez Karl Marx, transformando todo o idealismo filosófico em essência material, dialética e histórica. Em uma carta escrita a seu pai em 1837, Marx coloca que “a partir do idealismo [...] fui levado a procurar a ideia na própria realidade” (MARX, 2013, p. 16).

Ao transferir para a materialidade concreta a essência fenomênica de toda a filosofia, desde Epicuro à Hegel, Marx sintetiza na realidade o construto histórico e dialético dos movimentos revolucionários burgueses. A crítica incisiva do autor leva-nos a compreender que a decadência ideológica, ocasionou o rompimento de superação humana e filosófica como resultado do interesse econômico que condicionou a estruturação social à divisão de classes, resultando no mais profundo sistema de alienação que condenou a lógica estrutural da natureza humana à desumanização.

Através da análise substancial da realidade, Marx configura “o exame crítico do nascimento e da decomposição da economia clássica, isto é, da maior e mais típica ciência nova da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 1968, p. 50).

Ao analisar a totalidade dos fenômenos, Marx toma a sensível percepção de que a pretensão do desenvolvimento filosófico, econômico e científico não deveria estar condicionada unicamente na produção do capital, assim como fizera o economista Adam Smith e todos os outros economistas de sua época, mas sim, através da apreensão de todos os elementos que constituem a totalidade dos fenômenos sociais, incluindo explicitamente neste processo de análise a contradição existente entre a burguesia e o proletariado.

A decadência ideológica burguesa exclui por completo as contradições econômicas provenientes do desenvolvimento do capitalismo. A burguesia o faz no profundo conhecimento de que somente o domínio ideológico possibilitará a manutenção do seu poder.

A partir do controle ideológico, os indivíduos sociais são conduzidos, ao mais profundo sistema de alienação e estranhamento, impelindo a classe trabalhadora de tomar consciência de toda a contradição existente entre a essência da vida que define a natureza humana e a reprodução econômica do capital determinada pelo trabalho assalariado.

E nada aparenta ser mais contraditório do que a aceção da vida na sociedade moderna: Significado no qual foi lançado ao profundo esvaziamento da essência humana e à coisificação dos indivíduos que se manifestam determinados pela produção e o consumo de si e de todas as outras coisas. Os sujeitos confundem-se com os objetos, ou então, tornam-se objetos, esgotando as características humanas que os tornam reais e que dão sentido à vida. Ignoram a existência da contradição entre aquilo o que querem ser, e aquilo o que realmente

são. Assumem com conformidade o que lhes foi destinado, representando papéis sociais e configurando a materialidade nos mais elevados níveis de abstração e irracionalidade, que, por vezes, nos faz acreditar que tudo não passa de uma representação antinômica.

O trabalho passa a ser baseado na produção da mercadoria e o trabalhador se torna assalariado para obter a mercadoria. Os indivíduos são inconscientemente levados à efetivação deste sistema de produção como única forma de efetivação da vida, naturalizando as mudanças sociais como parte do desenvolvimento humano e fazendo com que a realidade seja uma espécie de fato dado e acabado (MARX, 2004), no qual, não se encontra passível de transformação.

A essencialidade da vida é esgotada na produção da mercadoria, ao ponto que: “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (MARX, 2004, p. 80) e as características que definem as particularidades humanas são substituídas pela objetificação dos sujeitos sociais. Os sentidos se perdem com a capacidade de compreensão da realidade, fazendo com que a irracionalidade transpasse o campo subjetivo individual, alcançando materialidade na vida social e cotidiana.

Segundo Marx e Engels (2007), os indivíduos se tornam determinados, com uma atividade produtiva segundo um modo determinado e entram nessas relações sociais e políticas determinadas sem que tomem percepção dessas determinações.

Este processo guiado através da ideologia decadente afeta diretamente a condição racional dos indivíduos em relação à compreensão da macroestrutura social, materializando a percepção alienada da realidade condiciona a produção das ideias, das representações e da consciência. (MARX; ENGELS, 2007).

O significado da vida humana passa a ser resumido na realização do consumo e quanto mais se alarga o desenvolvimento econômico capitalista, mais profundo se torna o estado subjetivo das relações humanas e sociais, ao ponto de atingir as superestruturas sociais alterando os conceitos ideológicos, fazendo com que estes conceitos permaneçam vivos, perpassando séculos e manifestando-se presente na sociedade contemporânea.

A vida ganha um contorno interpretativo a respeito das relações humanas e sociais que passam a ser baseadas puramente nas ações econômicas. Os sujeitos encontram-se alheios a realidade e incapazes de reconhecerem-se nela. As relações sociais são substituídas pela competitividade da produção, pelo interesse individualista do consumo e pela sobrevivência no mercado de trabalho. A burguesia passa a conduzir o pensamento das classes sociais, tornando substancial a relação existente entre o trabalho assalariado e o devir dos indivíduos.

Essas questões não atingem somente as estruturas organizacionais que definem as formas de trabalho e a divisão de classes sociais. Tal processo define a essência da natureza humana atingindo as particularidades dos indivíduos e esvaziando por completo a sua significação. Abstraem-se as características racionais, condicionando os indivíduos ao estado de desumanização.

As razões do materialismo histórico dialético encontram-se justamente no fato de que a apreensão da totalidade é a única forma de transpor a razão para a realidade de modo a inverter a alienação social dos indivíduos.

Este é o mau pernicioso que afronta a realidade burguesa, que lhes tira o sono no temor de que, todo o idealismo crie materialidade e incline sua atenção à condução e o desenvolvimento da economia política, alcançando a autêntica liberdade humana dos indivíduos sociais (MUSTO, 2014).

3. OS PRINCÍPIOS DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA NO BRASIL

No capítulo anterior, buscamos evidenciar como o conceito de decadência ideológica burguesa originou-se na filosofia, conduzindo a ciência sociológica a uma lógica resignada pautada no irracionalismo positivista e à miséria da razão.

Lembremo-nos que por miséria da razão, categorizamos o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas a simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipuladora (COUTINHO, 2010).

Neste capítulo, analisaremos como o processo de decadência ideológica burguesa se constitui na sociologia brasileira, desde a sua introdução no país até os dias atuais. Ao pensar a sociologia no Brasil, encontramos-nos na difícil tarefa de distingui-la sob duas perspectivas diferentes: ciência e educação (CIGALES E ARRIADA, 2013), uma vez que ambas as configurações seguem determinações históricas e científicas distintas em sua aplicabilidade e desenvolvimento.

Há duas problemáticas em relação a essa questão que aprofundaremos. Em resumo, a sociologia como ciência apenas se concretiza como método de análise social, elaborada no campo teórico-científico e filosófico, a partir dos anos de 1930, momento que marca a formação universitária dos primeiros sociólogos brasileiros (CANDIDO, 2006). Antecedente a esse período, ela apenas se efetiva de maneira diligente, aplicada à mera justificação das causas disfuncionais que compunham os elementos da sociedade brasileira, sendo constituída primeiramente no campo da literatura para posteriormente se desenvolver no campo científico.

Essa fase inicial do pensamento sociológico brasileiro é substancialmente marcada pelo positivismo europeu que, diluído no naturalismo biológico, chegou ao Brasil com a finalidade de determinar as características sociais através de fundamentos raciais e culturais.

A aplicação de tais métodos científicos ocasionou sérios problemas na própria estruturação social do povo brasileiro (RIBEIRO, 2006), constituindo fenômenos ideológicos ligados à raça e à cultura que se manifestam permanentemente arraigados e presentes nos dias atuais (FERNANDES, 2006).

No que cabe à educação, a sociologia se insere no Brasil ao final do século XIX, passando por um circuito de mudanças políticas e educacionais, alterando diversas vezes o seu estado. Contudo, apesar das ressalvas que diferenciam a sociologia entre ciência e educação, existe um fator em comum entre ambas e que trabalharemos como objeto de estudo no decorrer deste trabalho: ambas se estabelecem a partir das estruturas políticas, econômicas

e ideológicas da essência fenomênica que compõe os elementos que constituem a decadência ideológica burguesa, como veremos a seguir.

3.1 Sociologia e ciência – O período oitocentista.

Este subcapítulo trata de aprofundar as metodologias científicas utilizadas no Brasil para a estruturação social, econômica e política do país durante o período oitocentista.

Tratando-se deste momento histórico, pode-se observar que o Brasil é marcado por intensas transformações que alteraram os meios de produção econômica e de formação de classes sociais.

É justamente entre o período de Independência (1822) e de Proclamação da República (1889) que o país se subdivide em diferentes níveis de classes, tanto no âmbito da produção agrária, isto é, entre aqueles que possuem propriedade latifundiária/escravista ou propriedades particulares, quanto entre aqueles que emergem economicamente através de importantes ocupações sociais, constituindo a formação da burguesia brasileira (SAES, 1982).

A especificidade desse período é marcada por um conjunto de fenômenos políticos e ideológicos que se expandem para diversos países do mundo a partir da influência do desenvolvimento do capitalismo Europeu.

Sob a justificativa de adentrar o novo mundo, o Brasil toma para si, os ideais modernos que atravessavam o Atlântico com determinada avidez e que serviram de base para impulsionar os questionamentos acerca do antigo Império com a finalidade de constituir uma nação cujo principal objetivo era o Estado Republicano, a importação do modelo capitalista e a ciência moderna (COUTO, 2016).

No que cabe à ciência, partindo do irracionalismo do século XIX, duas linhas teóricas tiveram bastante influência no desenvolvimento do pensamento intelectual da época. A primeira foi o positivismo de Auguste Comte, realizado a partir da lei dos 3 estágios sociais² e, contíguo ao positivismo, a teoria do evolucionismo de Herbert Spencer, que defendia a ideia de que o processo evolutivo da sociedade humana estaria passível de ser entendido a partir da aplicação universal das leis biológicas, iniciando-se no mundo inorgânico até evoluir para o mundo supra orgânico ou social.

Os intelectuais oitocentistas acreditavam que, através do positivismo e do evolucionismo, a sociedade brasileira encontraria as condições adequadas de se adaptar às

²que parte do pressuposto de que, o processo humano civilizatório se realizaria de forma progressiva iniciando-se no estado teológico, passando para o estado metafísico até alcançar o estado positivo. Lei que define as etapas do pensamento social de forma progressiva, caracterizando os diferentes processos de evolução da humanidade à partir de etapas conforme as características culturais de cada civilização, o desenvolvimento humano. (COUTO, 2016).

almejadas transformações políticas, econômicas e ideológicas, alcançando o seu desenvolvimento civilizatório e constituindo o Estado Moderno.

Apesar de aparentar-se como um movimento de superação política, cultural e econômica em relação ao antigo Império, o pensamento científico da época não se ocupou em sobrepujar os limites estruturais que definiam as composições desiguais na formação das classes econômicas, preocupando-se apenas em evidenciar, através da ciência, os elementos que legitimassem a existência dessas estruturas desiguais.

Esse movimento trata de posicionar as classes dominantes no processo de transformação burguesa do estado brasileiro.

Segundo Saes.

Comecemos por analisar a posição das classes dominantes no processo. A tendência dominante na literatura histórica e sociológica brasileira é a de estabelecer uma correspondência entre os interesses de uma das classes dominantes, ou então de uma fração regional de alguma classe dominante, e os episódios da Abolição/Proclamação da República (SAES, 1982. p. 188).

É certo que, neste período, a sociologia ainda não existia no país para auxiliar na pretendida estruturação social, estando a ciência ao cabo da classe intelectual da época. Esse processo se realiza através do intermitente interesse da aristocracia brasileira em constituir-se no país, face à existência do ensino superior, à formação de uma elite capaz de estabelecer o controle das funções públicas, de natureza administrativa ou política.

O desenvolvimento do pensamento científico se restringia unicamente aos bacharéis de Direito, cujo “valor das opiniões ou das decisões não dependia diretamente de sua eficácia ou de seu fundamento racional, mas da posição social de quem as formulassem” (FERNANDES, 1977, p. 19).

Deste modo, a elaboração científica do pensamento sociológico brasileiro se restringia aos advogados, juristas, médicos e engenheiros.

Para Candido (2006),

Coube aos juristas papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. [...] O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira (CANDIDO, 2006. p. 3-4).

Além dos juristas, médicos e engenheiros, os literários oitocentistas e do início do século XIX, também tiveram grande importância na construção do pensamento sociológico brasileiro.

A superação das teorias adotadas pelos juristas, cujo método se baseava na aplicação da ciência pura segundo os fundamentos teóricos do evolucionismo e do positivismo, realizou-se através da literatura, que possibilitou a elaboração de uma “fórmula bem brasileira de estudos sociais” (CANDIDO, 2006), tornando capaz a apreensão dos fenômenos substanciais e concretos deste tempo histórico.

Deste modo, a ciência passa a ser elaboradora através da descrição literária, onde “o estudo se misturava a intuição pessoal e o cientista ao retórico, ou ao escritor” (CANDIDO, 2006 p. 3-4). Autores como Silvio Romero, Tobias Barreto e Lívio de Castro influenciaram de forma significativa a formação do pensamento sociológico neste período. Contudo, o método de apreensão e análise que levou esses autores a produzir suas obras literárias, encontram-se limitados às ideias irracionais que constituem a decadência ideológica burguesa.

Este é o caso de Silvio Romero. Em seu trabalho intitulado “Introdução a história da literatura brasileira” (1881), o autor interpreta a evolução cultural e institucional da sociedade brasileira segundo os fatores naturais do meio e da raça (CANDIDO, 2006).

Outro importante autor que se fundamenta nas ideias irracionalistas para a sua formulação literária é Tobias Barreto. Em sua obra “Glosas heterodoxas a um dos motes do dia” (1884-1887), o autor, segundo Candido (1959), faz uma análise dos fenômenos sociais brasileiros, levando o naturalismo científico às consequências finais. Para o autor, os positivistas equivocam-se ao aplicar as leis sociais aos aspectos naturais sem considerar o princípio do determinismo, aproximando suas análises à teoria de Spencer (CANDIDO, 2006).

E por fim, finalizando a tríade exposta, Lívio de Castro (1864-1890), considerado um importante literário cuja obra exerce grande influência na construção do pensamento sociológico, destaca-se nesse período através de seus estudos voltados especificamente à antropologia física e à fisiologia nervosa. Mesmo com uma trajetória curta de vida, o autor esboçou inúmeros trabalhos que posteriormente foram publicados por seu mestre Silvio Romero. Um deles e entre os mais importantes está: “A mulher e a sociogenia”, escrita em 1887, em que o autor busca expressar, por meio do estudo antropológico da mulher, a sua inferioridade intelectual dada através da cientificidade da evolução filogenética. O autor conclui em sua obra que os processos evolutivos levaram o homem ao desenvolvimento

biológico superior devido às condições e necessidades de produção e sobrevivência, ampliando a intelectualidade elevada à mulher.

A sistematização teórica, laborativa e a utilização de demasiados termos científicos na composição de sua absurda obra levaram as concepções de Lívio de Castro aos mais altos níveis de referência na produção da sociologia brasileira (CANDIDO, 2006). Contudo, além da robusta forma de produção literária, cabe-nos ressaltar que as bases metodológicas utilizadas pelo autor também se encontram imersas sob a forte influência do irracionalismo ideológico burguês.

Dado o avanço cronológico dos fatos, o construto científico e ideológico realizado através das concepções evolucionistas e deterministas foram frustradas pelo fracasso de sua própria eficácia em explicar o lento desenvolvimento da sociedade brasileira após o processo de abolição e de implantação da República.

Segundo Florestan Fernandes,

As consequências intelectuais da desagregação do regime escravocrata e senhorial se manifestaram de duas maneiras. Primeiro, durante as campanhas abolicionistas se formara a convicção generalizada de que, com a extinção da escravidão, os fatores adversos ao desenvolvimento econômico, político e social do Brasil seriam removidos. Uma era de prosperidade se iniciaria, na qual os grandes problemas nacionais se resolveriam naturalmente. A abolição e a implantação da República ocorreram, sem que tais efeitos se revelassem na escala esperada. Isso provocou um estado de depressão e de perplexidade no ânimo dos líderes das camadas dominantes, inclusive nos da Inteligência³ (FERNANDES, 1977, p. 34).

Este estado de perplexidade e depressão levou parte dos intelectuais brasileiros a questionarem os métodos de apreensão científica até então utilizados.

Sob a premissa de que os elementos que compunham a formação social brasileira possuíam causas mais profundas, cuja origem e compreensão necessitava ser elaborada de forma histórica, há no campo da literatura a reelaboração estrutural de uma narrativa descritiva que permitisse evidenciar os fenômenos econômicos e sociais que compunham a sociedade brasileira.

Para Candido (2006), o trabalho de Euclides da Cunha, intitulado “Os Sertões” (1902), traz em seu desenvolvimento uma ampla visão sociológica marcada por um rigoroso teor literário que possibilitou, através de seus estudos, o aprofundamento das complexidades dramáticas que compunham a sociedade brasileira, apresentando-nos um país até então desconhecido.

³ Juristas, Médicos, Jornalistas, Literários, Advogados e Engenheiros. (CANDIDO, 2006), (FERNANDES, 1977).

As características descritivas acerca de uma composição “sociográfica” e de interpretação histórico geográfica do meio físico e dos diversos “tipos humanos” e das condições de existência no Brasil permitiram que fosse inserido no pensamento sociológico um método capaz de apreender a consciência voltada à explicação do mundo através das análises sociais e política do sistema cultural brasileiro (FERNANDES, 1977). Mas, não obstante, a figuração de tal narrativa literária logo se viu ofuscada pelo domínio intelectual das classes dominantes.

Ao notar que a narrativa literária contida no trabalho de Euclides da Cunha “exacerbava” a conjectura de pobreza e miséria da sociedade como resultado das condições de produção e estruturação econômica determinadas pelo irracionalismo racial e cultural, logo, a percepção desenvolvida pelo autor é substituída pela apreensão pragmática dos fenômenos.

Esse processo desloca os problemas acerca da estruturação política e social brasileira para um patamar agnóstico cuja características nega por completo os fatores ontológicos que constituem a sociedade brasileira.

Tal efeito culminou em uma perspectiva pragmática em que a apreensão do real passou a ser ofuscada por determinados setores que compunham as elites da sociedade brasileira que ainda eram dominados pelas famílias dos antigos senhores de terras.

Alberto Torres (1865-1917), em seus trabalhos “O Problema Nacional Brasileiro”, “Introdução a um Programa de Organização Nacional” (1914) e a “Organização Nacional” (1914), revela-nos claramente a ligação entre a análise histórica e as intenções pragmáticas direcionadas às orientações ideológicas e utópicas das classes dominantes da sociedade brasileira (FERNANDES, 1977).

Desse modo, podemos evidenciar o conceito da decadência ideológica burguesa nas bases premissas do pensamento social científico brasileiro pelos seguintes aspectos:

Primeiro, porque a narrativa de tais autores exclui de seu método de apreensão os fatores históricos-ontológicos que compõem as estruturas políticas e econômicas na sociedade brasileira.

Segundo, porque a necessidade de se compor a racionalização dos fenômenos existentes, sem promover a ação de transformação política e social, reduziu a ciência brasileira a uma aplicabilidade formal cuja finalidade não opera na práxis social, limitando-se apenas à construção ideológica de uma sociedade formada através do determinismo cultural, tornando excludente, quaisquer fatores que evidenciassem os antagonismos políticos e econômicos que constituíam os verdadeiros problemas da sociedade.

Para Couto,

Dentro desse contexto, a geração intelectual de 1870 assume a missão de formular análise e perspectivas sobre o país com o objetivo final de traçar o caminho que constituiria o Brasil como uma nação civilizada. Esses intelectuais acreditavam que a evolução rumo à civilização era um processo natural que só poderia ser apreendido por meio da ciência. Assim, em seu esforço obstinado pela construção de diagnósticos acerca da realidade nacional, lançaram-se ao estudo das determinações raciais e mesológicas que definiriam a singularidade da nacionalidade brasileira e, sobretudo, os desafios e obstáculos que ela impunha ao seu projeto de sociedade (COUTO, 2016, p. 2).

Podemos observar que as razões objetivas que culminaram no desenvolvimento da sociologia brasileira surgiram da necessidade de compor de forma embrionária uma concepção de sociedade, país ou nação, subjugado ao atraso tecnológico e de produção econômica ocasionado pelo desenvolvimento do capitalismo dependente no País.

No que cabe à ciência, esta é evocada durante este período, como forma de superação de todos os atrasos citados anteriormente. Contudo, o método de apreensão utilizado fez com que a sociologia brasileira se inaugurasse a partir do estado de decadência ideológica, pois

Se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados, essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não desejar ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática (LUKACS, 2012, p. 47).

3.2. O período de 1920 a 1940.

As considerações anteriores nos permitiram evidenciar as bases epistemológicas da sociologia brasileira a partir de uma concepção positiva herdada do pensamento ocidental capitalista.

O atraso econômico e industrial ocasionado pela condição de país colônia, implicou na extrema dependência (Lovatto, 2010) científica e tecnológica do Brasil em relação aos países industrialmente avançados, como por exemplo, Portugal, França, Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos.

Esse estado de dependência condicionou todo o processo de desenvolvimento econômico, político e científico do país após a sua independência, constituindo diretamente em sua concepção sociológica a mera aplicação de recursos “autodidáticos” (FERNANDES, 1977), pautados na ideologia burguesa contrarrevolucionária.

É justamente entre os anos de 1920 e 1940, período que marca às transformações sociais e políticas que decompõem a centralidade econômica agrária da sociedade brasileira como consequência do crescimento dos centros urbanos industriais, que a natureza do pensamento sociológico brasileiro irá se transpor das narrativas “autodidáticas” para uma formulação pré-científica.

Neste período, ainda eram grandes as limitações que auferem a cientificidade sociológica brasileira, pois, mesmo havendo o empenho de uma nova composição etária mais jovem de pesquisadores, e, metodologicamente mais preparada para a elaboração do pensamento pré-científico, estes ainda, se encontram adstritos à própria limitação do pensamento sociológico brasileiro como ciência. Primeiro pela falta de centros de formação da especialidade de pesquisa no país e segundo, pelo fato de que, àqueles que se encontram habilitados a tal prática, haviam realizado seus estudos em algum lugar do ocidente, intensificando mais uma vez a implementação de modelos metodológicos, no lugar do desenvolvimento científico interno.

Considera-se como pré-científico tais elementos justamente pelo fato de que sua composição apenas estabelece métodos de aplicação sem o desenvolvimento de análises que incidem efetivamente no construto objetivo dos fenômenos reais contidos na materialidade concreta que se realizam através dos processos dialéticos de transformação da sociedade brasileira.

Contudo, de forma lenta e gradual, essa nova geração de pesquisadores, passam a agregar modelos mais complexos e rigorosos na elaboração dos projetos de pesquisa científica ou de pesquisa explicativa. (FERNANDES, 1977).

A transformação da sociologia em especialidade, integrada ao sistema científico brasileiro, constitui um produto intelectual de desenvolvimentos culturais que se iniciam com as décadas de 20 e de 30 de nosso século. Portanto, a formação regular, que poderia dirigir a especialização dos estudiosos nessa ordem de investigação, representa algo que mal está se tornando possível no presente. A formação dos investigadores das gerações mais velhas processou-se mediante recursos autodidáticos, em menos escola, pela educação em centros universitários estrangeiros. O caráter incipiente da especialização soma-se, assim, aos efeitos de condições anteriores ainda mais precárias de educação científica dos sociólogos. O resultado de ambas as influências é quase o mesmo: um padrão relativamente deformado de disciplina intelectual do trabalho científico, suscetível de favorecer os moveis da investigação sociológica mais reputados, individualmente, pelos investigadores (FERNANDES, 1977. p. 62).

É justamente nos anos de 1930 em que há na cidade de São Paulo a fundação da ELSP⁴ (1933) e da Universidade de São Paulo – USP (1934).

Segundo Jackson (2007),

Em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado – impulsionada pelo processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos durante a República Velha – e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932 possibilitou o investimento político na reforma educacional que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL. Também a criação da ELSP (1933) resultou desse contexto. Imaginavam os mentores das duas escolas que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo. Tal vínculo concretizar-se-ia apenas a longo prazo e indiretamente. Ambos os cursos orientaram-se por objetivos antes acadêmicos do que políticos, o que implicou o desenvolvimento na metrópole paulistana de uma vida acadêmica propriamente dita, viabilizada pelas oportunidades de trabalho intelectual geradas não apenas pela universidade mas também pelo mercado de empreendimentos culturais em franca expansão na cidade (JACKSON, 2007. p. 117).

As colocações de Jackson acima citadas levam-nos a compreender que a institucionalização do ensino de sociologia em São Paulo, efetiva-se “por objetivos antes acadêmicos do que políticos” (JACKSON, 2007).

Contudo, o que nossas análises buscam apontar é o fato de que mesmo com a criação dos centros de formação intelectual e universitária de estudo de sociologia no Brasil, o estado de dependência ideológica mostra-se contínuo como consequência da forte influência positiva

⁴ Escola Livre de Sociologia e Política

no país, em primeiro lugar pelo fato de que a inauguração do curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP), realizou-se através da escola Francesa, cujas aulas eram ministradas, lidas e escritas em francês pelos professores franceses Roger Bastide e Paul Bastide, através das análises sociológicas francesas de Emmile Durkheim.⁵

Em segundo lugar pelo fato de que a burguesia paulistana encontrou na USP, a capacidade de formar intelectualmente no Brasil suas elites com o intuito de fortalecer a sua soberania em relação aos outros estados do país.

Enquanto a burguesia intelectual brasileira se furtava nos devaneios científicos ocidentais de forma completamente alheia à realidade, o povo brasileiro se incumbiu de realizar os processos dialéticos de transformação social, transpondo para a materialidade concreta os fenômenos sociológicos reais que a burguesia ideológica e decadente ignorava na concepção de seus métodos.

A forte tendência das mobilizações operárias ocorridas na primeira década do século XX em todo o Brasil, culminou na formação e na organização de inúmeros grupos de esquerda, como por exemplo, no Rio Grande do Sul a Liga Comunista de Livramento (1918), em Porto Alegre a União Maximalista (1919), no Rio de Janeiro a fundação do Partido Comunista Anarquista (1919) e em São Paulo a formação do Partido Comunista do Brasil (1922).

Esses eventos fomentaram um período de greves e revoltas por parte do proletariado brasileiro que, ao contrário dos intelectuais burgueses que se demasiavam na metodologia burguesa da França, inspiravam sua luta através dos escritos de Karl Marx, Friedrich Engels e de Lenin durante a Revolução Russa de 1917⁶.

Vale-nos ressaltar também, a organização do movimento tenentista no país organizado pelos soldados de média e baixa patente do exército brasileiro. Suas revoltas marcaram exigências estruturais na política em relação ao fim do voto de cabresto, a instituição do voto secreto e a reforma da educação pública através de manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro em 1922 que ficou conhecida como a Revolta dos 18 do forte de Copacabana, em São Paulo em 1924 com a Revolta Paulista, no Amazonas – Comuna de Manaus e a Coluna Prestes 1925 – 1927.

⁵ No capítulo 1 evidenciamos como o positivo se insere no conceito de decadência ideológica burguesa como ciência ideológica, irracionalista e contrarrevolucionária, os termos aqui expostos se referem a tais especificidades, para melhor compreensão do fragmento aqui exposto, considera-se importante a contextualização realizada no capítulo 1.

⁶ Informações extraídas do repositório da FGV – Fundação Getúlio Vargas. Acesso em 20/03/2020 <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>

Considerada como transformação no seio da sociedade, a Revolução Brasileira tem seus primórdios em 5 de julho de 1922, data em, que nas areias de Copacabana, Siqueira Campos e seus companheiros escreveram a epopeia dos 18 do Forte (CPB-9:66 apud LOVATTO, 2010 p. 310).

Ao que indica Lovatto (2010), todos esses eventos marcam o movimento dialético da formação e organização da Revolução Brasileira constituindo-se através das mobilizações e das manifestações operárias ocorridas durante os anos de 1920. Contudo, é justamente sob as evidências de uma revolução de classes que a burguesia insere seus golpes contrarrevolucionários.

Os anos de 1920 no Brasil, criaram as circunstâncias específicas para o golpe contrarrevolucionário de 1932.

A contrarrevolução de 1932 não ocorre no simples intuito de inibir os movimentos operários e de massas que ocorriam em todo o Brasil, este ocorre também como resultado dos interesses políticos e econômicos do Governo Norte Americano em instituir efetivamente a sua soberania imperialista sobre o Brasil em relação a Inglaterra (LOVATTO, 2010).

É neste período também que se intensifica as relações comerciais e de produção industrial entre o Brasil e os Estados Unidos através da chegada das instituições Rockefeller, do Grupo Mellon, da General Motors, entre outros grupos de Wall Street (LOVATTO, 2010).

Existe um fato curioso em relação a este movimento político entre o Brasil e os Estados Unidos. Durante o período Vargas, sua administração política nunca se conduziu com absoluta fidelidade aos monopólios de Wall Street, diferentemente de outros ditadores das repúblicas latino-americanas naquele momento (LOVATTO, 2010).

Isso significa que mesmo através dos inúmeros acordos realizados entre o Brasil e o Governo Norte-Americano, Getúlio Vargas manteve-se em uma perspectiva política de desenvolvimento nacionalista buscando o apoio das classes operárias.

No que cabe aos eventos políticos e históricos no Brasil durante o período de 1920 e 1940, acredito que as colocações acima expostas nos evidenciam que os movimentos dialéticos ocorridos durante este período não se evidenciaram através da teoria científica sociológica produzida efetivamente no Brasil, estando ainda a cargo de ser fomentada por jornalistas, advogados, tenentes e políticos da época.

As transformações sociais, assim como os levantes operários ocorridos, durante este período fizeram-se valer não através das ciências, mas através dos levantes populares das massas influenciadas pelo pensamento comunista Alemão e Russo.

Isso leva-nos a compreender que nesse período a sociologia ainda se encontra limitada a concepção de decadência ideológica burguesa. Primeiro por não ser capaz de respaldar as transformações sociais e políticas da época e segundo por não produzir bases teóricas acerca dos acontecimentos históricos deste tempo, fato que só irá se realizar nas décadas subsequentes, quando a sociologia brasileira passa a operar efetivamente sob as análises materiais e concretas dos fenômenos políticos e econômicos da sociedade brasileira.

Desse modo, no que cabe a ciência sociológica deste período podemos colocar que a sua atuação nas instituições da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Escola de Sociologia e Política e da Faculdade de Ciências Econômicas, frente a todo o processo histórico e político acima citado, concentraram-se tão somente na formação de suas elites para que fosse possível cumprir seus fins práticos (FERNANDES, 1977).

Ao se reportar a construção e elaboração de métodos científicos deste período, no cabe as instituições de São Paulo, Florestan Fernandes (1977) nos aponta a seguinte reflexão

Todos sabem que o fomento do ensino científico e da pesquisa científica estão associados, em todos os países, à utilidade que o conhecimento científico possuiu no controle da natureza e do meio ambiente pelo homem. Há outras razões, que motivam e dão sentido à conduta dos cientistas ou orientam as atividades de instituições devotadas ao trabalho científico. Entretanto, deve-se ter em conta que as dotações, públicas ou privadas, que suportam os planos de financiamento do ensino e da pesquisa nas ciências, são concedidas, renovadas ou ampliadas porque se espera que as descobertas científicas possam aumentar o bem-estar social, o progresso da civilização e o poder das nações. Por isso, os recursos postos ao alcance das instituições científicas revelam, em grande parte, o grau de consciência e a capacidade de manipulação conseguidos pelas camadas dominantes em face dos seus interesses econômicos e políticos” (FERNANDES, 1977. p. 85).

3.3. O período de 1940 a 1964.

Os acontecimentos históricos que marcam esse período, se constituem através dos processos dialéticos de transformação do cenário mundial ocorridos através da Segunda Guerra. Subsequente a este fato, a guerra fria determina a composição de duas potenciais mundiais que estabelecem entre si dois aspectos fundamentais determinantes – a expansão do capitalismo de forma global e a disputa ideológica cravada entre os EUA e a extinta URSS.

Como bem sabemos, o imperialismo Norte Americano sobressaiu-se economicamente e ideologicamente sobre as esferas territoriais mundiais, mas, não vitorioso por completo, pois mostrou-se incapaz de eliminar da consciência das classes sociais os princípios teóricos do comunismo que mesmo aterrado no mais bruto sistema de alienação, ainda aponta em todas as sociedades as mazelas sociais criadas pela economia capitalista e neoliberal.

A composição ideológica da disseminação desse novo sistema, não ocorre de forma natural, ao contrário deste, é imposta para todo o território mundial através da força contrarrevolucionária dos governos da época de cada território global.

Os Estados Unidos não se privaram em conter seus investimentos em nenhum espaço geográfico mundial, dando maior atenção aos países de economia dependente cuja possibilidade de revolução se prospectava imanente. Este é o caso de toda a América-Latina (LOVATTO, 2010).

No Brasil, não faltaram investimentos políticos e ideológicos que pudessem assegurar que o país se manteria sobre a guarda dos Norte-Americanos. Desde meados da década de 1930, os investimentos econômicos que entraram no país, garantiram politicamente o apoio e fidelidade do governo brasileiro em relação aos Estados Unidos. Durante as décadas de 1940 a 1960, os acordos se intensificam de forma diplomática afim de assegurar o monopólio estadunidense sobre os recursos naturais do território brasileiro e também para garantir a sua supremacia ideológica no Brasil. Tais acordos realizaram se através da implementação da Doutrina Kennan e da USAID⁷ (BRAGA, 2002).

Em relação aos acordos diplomáticos estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, existiu uma premissa controversa em relação aos governantes brasileiros que preocupou demasiadamente o governo de Whashington⁸ durante este período.

A posição ideológica nacional-desenvolvimentista colocada desde o primeiro governo de Getúlio Vargas até João Goulart, com exceção de Dutra e Café Filho, tinha como objetivo

⁷ United States Agency for International Development.

⁸ Capital dos Estados Unidos que abriga os três poderes federais Norte – Americano: o Capitólio, a Casa Branca e a Suprema Corte.

central o desenvolvimento industrial interno do país, tal ação, além de exacerbar a ideologia econômica nacionalista, também ocupava determinados espaços de atuação dos Estados Unidos no Brasil. (Braga, 2002).

Além dos presidentes citados, o plano de desenvolvimento nacional de Juscelino Kubistchek, junto com a implantação da indústria automobilística europeia no Brasil, também serviu de incômodo às ações imperialistas no país.

Todos esses fatores indicam que apesar dos acordos estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, o país nunca deixou de lado seu interesse de desenvolvimento nacional e industrial. Tal ação não passou despercebida aos governos Norte-Americano, o que tornou o golpe contrarrevolucionário inevitável no Brasil.

Segundo Braga,

A posição de confronto velado assumida pelo Brasil, negando-se implicitamente a concorrer para o estabelecimento da Doutrina de Reserva Estratégica formulada por Washington, não passou despercebida e viria a ter, ao longo dos anos, respostas que afetariam fortemente a sociedade brasileira. Embora Vargas tenha sido forçado por militares a abandonar o poder após a promulgação da Constituição de 1946, a primeira grande reação durante o período considerado foi o “Golpe de 1954”, que culminou com o suicídio de Getúlio e levou ao poder o vice-presidente João Café Filho. Revelando sua posição favorável ao golpe, Café Filho repudiou o programa de governo nacionalista que o havia eleito junto com Vargas e formou o novo ministério convocando, entre outros, Raul Fernandes, político de oposição ligado ao partido União Democrática Nacional (UDN), advogado de empresas internacionais e Clemente Mariano, representante dos 50 setores mercantilistas e ligado ao sistema financeiro internacional (BRAGA, 2002. p. 49-50).

Contudo, mesmo através dos acordos estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos afim de assegurar no país a hegemonia política e ideológica Norte-América, o período entre 1940 e 1960 marca o mais rico teor de produções científicas da Sociologia Brasileira.

É justamente nesse período que há no país a formação dos maiores intelectuais e sociólogos de nosso tempo, como: Florestan Fernandes (USP-1940), Octavio Ianni (USP-1954), Michael Löwy (USP-1960), Darcy Ribeiro (FESPSP -1946), Carlos Nelson Coutinho (UFB – 1965), Ruy Mauro Marini (EBAP-RJ - 1957), Vânia Bambirra (UFMG – 1962) entre outros importantes intelectuais não aqui citados, mas que compuseram grande importância intelectual para a época.

Esses intelectuais incumbiram-se de realizar análises efetivas e reais da sociedade brasileira de forma objetiva, dialética e histórica, denunciando as diferenças raciais e culturais

existentes no país a partir de uma perspectiva econômica e de classe social, diferentemente dos sociólogos dos períodos anteriores como aqui já citado.

Além das ricas produções científicas realizadas neste período, grande parte desses autores fizeram importantes traduções de clássicos da economia política, da sociologia, e da filosofia marxista até então inexistente no país. Tais contribuições serviram de grande apreço para a organização dos movimentos da esquerda brasileira que caminhavam para a organização de uma revolução nacionalista.

É importante ressaltar também, que concomitante as produções acadêmicas realizadas nesse período, havia outra parte dos setores intelectuais da esquerda brasileira que além de produzir conteúdo de análise sociológica também ajudaram demasiadamente a produzir conteúdo teórico de caráter revolucionário no país.

Esse é o caso do ISEB⁹. A partir do ISEB, intelectuais como Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto constituíram a edição e a publicação dos Cadernos do Povo Brasileiro, cujas essencialidades “incidiem diretamente nas questões centrais e cadentes do debate político daquele momento [...] para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional” (LOVATTO, 2010. p. 50-51).

A ascensão da sociologia brasileira em seu quadro de composição científica, como também a prospecção da consciência popular encontra seus limites na instituição do mais bruto golpe contrarrevolucionário burguês: A ditadura Militar Brasileira 1964 – 1984.

Nesse período, grande parte dos intelectuais Brasileiros foram exilados do país constituindo um período de cultura esvaziada: esvaziada de espírito crítico, de efetiva preocupação com as questões sociais e políticas (COUTINHO, 2010).

As instituições de formação superior que outrora havia ascendido em seu meio intelectual de produção científica estariam à partir desse momento destinada à um período sombrio que no seu estado evoluído de decadência ideológica burguesa.

Segundo Fernandes,

Os recursos postos ao alcance das instituições científicas revelam, em grande parte, o grau de consciência e a capacidade de manipulação conseguidos pelas camadas dominantes em face dos seus interesses econômicos e políticos (FERNANDES, 1977. p. 85).

⁹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Rio de Janeiro 1955.

3.4. O pós 1964 e o estruturalismo como consequência da decadência ideológica burguesa.

Os eventos ocorridos no Brasil em relação à ditadura militar representaram em toda ciência um bruto esvaziamento cultural. No que trata da sociologia, esta foi afetada completamente pelas correntes irracionaisistas após o exílio de grandes intelectuais marxistas das universidades. Concomitante a esse processo, emerge nas produções científicas do país uma corrente de pensamento denominada como estruturalismo, cujo grande entusiasmo causado através de suas suposições possibilitou a sua expansão por diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil.

Presente até os dias atuais como uma das principais bases de análise metodológica e científica, o estruturalismo tomou força nas décadas finais do século XX, difundindo-se por diversas áreas de conhecimento como: a sociologia, as ciências sociais, a psicologia, a linguística, a literatura e a arte através da autoria de grandes nomes como Roland Barthes, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Louis Althusser, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Partindo do pressuposto de que a construção e o desenvolvimento do campo subjetivo e racional dos sujeitos sociais se realizam através de um processo cognitivo estrutural que se integra aos elementos culturais, sociais e políticos em uma relação entre significante e significado, o estruturalismo seduz o pensamento sociológico, político e filosófico no final do século XX.

Contudo, ao analisarmos de forma minuciosa os fundamentos teóricos e científicos que alicerçam as bases do estruturalismo, notamos que tal corrente de pensamento se configura na irracionalidade ideológica ocasionada pela decomposição do pensamento clássico durante o século XIX, resultando na miséria da razão (COUTINHO, 2010).

Deste modo, a centralidade valorativa do pensamento filosófico passa a se dirigir ao sujeito, tornando-o principal objeto de análise. O problema desta questão está no fato de que a ênfase dada à análise do sujeito tornaram irrelevantes os fatores histórico-ontológicos (LUKÁCS, 2012) que compõem a materialidade, deixando abstrusa a configuração dos elementos sociais, econômicos e políticos que situam este sujeito no mundo de forma substancial e concreta.

Este desvio da objetividade científica resulta na falsa noção da realidade que torna incapaz a apreensão dos elementos fenomênicos que se desenvolvem concomitante à prospecção da economia neoliberal que se prolifera em todo mundo após a década de 1960.

A ênfase dada ao indivíduo de forma desconexa da ontologia do ser social, configura o falseamento da realidade sobre uma perspectiva científica irracional e incapaz de constituir os elementos históricos e ontológicos. Isto é, o sujeito em si que não se reconhece na materialidade concreta no qual o mesmo está inserido. Assim como em um baile de máscaras onde os indivíduos não revelam a sua verdadeira “*persona*”, as máscaras do estruturalismo francês apresentam-se a partir de uma aparência no qual os sujeitos se tornam incapazes de reconhecer a sua verdadeira essência, afastando do olhar científico a capacidade de compreensão racional da sociedade moderna, rendida, aos prazeres dionisiacos de um mundo fragmentado cheio de angústias e incertezas que busca irracionalmente e insistentemente a segurança de seu devir.

Por se tratar de algo substancialmente presente no desenvolvimento das ciências atuais, a crítica ao estruturalismo francês torna minucioso o desenvolvimento das análises aqui expostas na composição de seus argumentos científicos, pois trata de provocar a desconstrução filosófica pensamento burguês romântico-capitalista do século XX, que mantém grande parte das concepções científicas sociológicas sobre o efeito de irracionalidade.

Tratando-se de um processo ontológico, iremos inclinar nossas análises neste subtópico através da sistematização dos fatores políticos e ideológicos que apontam de forma histórica o problema da razão na filosofia burguesa, retomando alguns aspectos já apresentados no capítulo 1 que nos permitem compor de forma cronológica os fatores que evidenciam o rompimento com a tradição filosófico-progressista, inserindo no lugar deste o irracionalismo filosófico no qual o estruturalismo desenvolve suas bases teóricas.

É importante contextualizarmos o momento histórico que trouxe a luz o estruturalismo na França e no mundo, conjugando dentro deste processo ontológico as determinações políticas e sociais que se iniciaram desde o início de século XIX, e que, ao longo do tempo, foram propositalmente esquecidas para ocultar as ações revolucionárias e progressistas que ocorreram ao longo da história da filosofia burguesa.

A premissa Lukacsiana torna-se substancial na composição de tais fatos, pois, o conceito de decadência ideológica burguesa desenvolvido por Lukács (1968), nos permite assegurar a afirmativa de que o estruturalismo, assim como o neopositivismo e o existencialismo, compreende uma série de elementos substanciais que tendem ao abandono gradativo do racional em vias de se estabelecer uma compreensão fragmentada da realidade que impossibilita a sua conexão com o todo, transferindo para o campo ideológico a compreensão dos fenômenos materiais subsidiados pela irracionalidade dos indivíduos.

Desse modo, o pensamento sociológico passa a se desenvolver sobre duas direções completamente antagônicas. Por um lado, há aqueles que buscam a retomada do pensamento clássico marxista na reconstrução objetiva do ser social em sua materialidade concreta, e, por outro lado, há aqueles se renderam a irracionalidade ideológica do individualismo do mundo moderno expondo de forma rudimentar e irracional a existência do marxismo em suas teorias, assim como o fizera os existencialistas (LUKÁCS, 1967).

É justamente sobre este cenário de incertezas e de contradições existentes na economia-política e no campo da sociologia dadas às circunstâncias do pós-guerra, que emerge a corrente teórica do estruturalismo, tendo como marco substancial os eventos ocorridos em Maio de 68 na França. A partir desse marco histórico podemos evidenciar a completa entrega da ciência ao campo do irracional que passa intensamente pelo esvaziamento total dos sentidos rendidos a imediatividade conflituosa das estruturas políticas e sociais, eliminando do campo das ciências as categorias do materialismo histórico dialético.

O Maio de 68 constitui um verdadeiro cenário de aparências, “pois sua ‘ontologia’ não é mais do que uma projeção no objeto das configurações formais descobertas na análise – unilateral e fetichizada – do intelecto subjetivo” (COUTINHO, 2010, p.79).

Contudo, o vazio racional do estruturalismo mostrou-se incapaz de alicerçar suas próprias bases teóricas, apresentando no final do século XX, lacunas contundentes na realização de seu construto teórico. A ênfase dada ao campo subjetivo apenas alargou as misérias sociais, políticas e econômicas, resultando na composição do sujeito fragmentada do todo.

Esse estado apenas fortaleceu o vazio da existência fortificando cada vez mais a alienação dos indivíduos que através dos substratos indecifráveis do estruturalismo, rendeu - se ainda mais a um construto miserável da razão que perdeu por completo qualquer sentido e significado nos dias atuais.

É importante frisarmos o fato de que a miséria subjetiva em que nos encontramos hoje trata - se de um processo contínuo ocorrido ao longo da história que gradativamente deteriorou a capacidade racional dos indivíduos, constituindo um cenário completamente irracional e fragmentado, onde a ciência passa apenas a constituir um quadro de opinião e não mais uma metodologia de compreensão e apreensão fenomênica, acentuando cada vez mais o estado de alienação em sua forma reificada (NETTO, 2015).

O imediatismo torna-se a base estrutural da composição científica e a objetividade do pensamento é inclinada unicamente ao desenvolvimento material das condições econômicas.

A partir de então, a ciência sociológica passa por um longo processo de esvaziamento racional suprimindo gradativamente em cada um de seus métodos a essência objetiva e dialética dos fenômenos que compõem a materialidade concreta.

A ocorrência de tais fatos apresenta-se como base determinante para o desenvolvimento do estruturalismo no sentido de que, ao deslocar a posição dos sujeitos sociais da práxis material para a prática subjetiva ideológica, direciona-se toda a construção sociológica acerca desta subjetividade imediatista que depende da posição do desenvolvimento político e econômico para que se realizem os rearranjos sociais que adequam este sujeito social a nova realidade material que se desenvolve continuamente a favor da economia neoliberal.

Deste modo coloca Coutinho;

ao analisar o ciclo de acumulação capitalista, Marx demonstrou a necessidade de alternativa entre períodos de expansão e períodos de crise, entre uma estabilidade relativa e épocas “explosivas”. Também diante desse processo dialético, a consciência burguesa tende a operar de modo unilateral, fetichizando e autonomizando momentos parciais de um processo sintético (COUTINHO 2010, p. 62).

Com a evolução da economia neoliberalista, tendo em termos históricos a consolidação da total transformação dos meios de produção e a instituição dos meios burocráticos, observa-se um novo deslocamento na posição do sujeito que inverte mais uma vez a lógica formal de apreensão sociológica. Observa-se que no primeiro momento, caracterizado pela decadência ideológica burguesa, o irracionalismo científico deu-se através do deslocamento da apreensão objetiva, material, dialética e histórica para o campo metafísico e ideológico.

O segundo momento se desdobra através dos efeitos deste mesmo irracionalismo, constituindo o estado de miséria da razão no qual esvazia-se do campo racional o construto filosófico que busca, mesmo que, no plano ideológico ou metafísico, compor a essência fenomenológica, metodológica e científica, instituindo no lugar deste, uma mera representação linguística e imediatista que tende somente a realizar um processo interpretativo dos processos sociais e políticos.

Desconsidera-se que os resultados do tempo presente, são reflexos dos processos histórico-ontológicos, ou em último caso, resultado de um construto ideológico projetado na materialidade concreta.

O esvaziamento racional e filosófico está diretamente ligado aos fatores políticos e históricos em que se apresentavam os conflitos sociais ocasionados pelas guerras imperialistas e pelas revoluções socialistas (COUTINHO, 2010).

Esse cenário contribui substancialmente para o irracionalismo pessimista no qual os neopositivistas tanto se apoiaram para retirar do plano material a racionalidade e inserir no lugar deste uma forma de representação simbólica, formalista e homogeneizadora.

Contudo, este período marcado pelas guerras imperialistas e pelas revoluções socialistas cessa a partir da segunda metade do século XIX configurando

um novo período de estabilidade capitalista, assinalado [...] por importantes transformações na estrutura do sistema, as correntes “racionalistas” voltam a ocupar [...] um papel preponderante. Sem renunciarem ao agnosticismo, alimentam novamente a pretensão de submeterem amplas esferas da realidade aos esquemas de sua racionalidade formalista (COUTINHO, 2010. p, 59).

Estes são os elementos substanciais que compõem a “gênese histórica e filosófica do estruturalismo”, que, passa a se tornar “uma das correntes dominantes da ideologia burguesa” (COUTINHO, 2010. p. 77). Para Carlos Nelson Coutinho,

O programa estruturalista consiste, essencialmente, na afirmação de que – sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação – o método capaz de torná-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna; as ciências humanas, ou aquilo que deve substituí-las, tornam-se disciplinas particulares no interior de uma semiologia geral (COUTINHO, 2010. p. 77).

Isso significa que o estruturalismo evoca para a si as características da dialética hegeliana e marxista na constituição do sujeito, porém nega na constituição deste sujeito, os elementos históricos e ontológicos que compõem a materialidade concreta em que este sujeito está inserido, reduzindo a sua formulação às condições subjetivas e interpretativas de si mediante as causas objetivas no qual este sujeito está inserido.

A constituição do sujeito só pode ser elaborada a partir das causas objetivas aplicadas ao intelecto formal, caracterizando este como um princípio racional. Mas, ao transformar os elementos históricos-ontológicos em estruturas epistemológicas que alinhadas à uma relação entre significante e significado, compõem a subjetividade do sujeito através de estruturas determinantes e determinadas.

O estruturalismo revela-se como um sistema metodológico de continuidade irracional, assim como os métodos que o antecedem.

Por se tratar de uma constituição linguística e simbólica completamente elaborada, essa ciência passa-nos a impressão de superação filosófica em vista do pessimismo ocasionado pelas contradições do sistema econômico capitalista.

Tomando a obra literária de Alain Renault e Luc Ferry (1988), notamos a evidente transposição das correntes filosóficas consideradas pela miséria da razão como irracionais à este elaborado sistema linguístico de significação.

Essa transposição é colocada pelos autores na analogia estabelecida entre o Nietzscheanismo Francês, representado pela teoria de Michel Foucault, o Heideggerianismo Francês, representado por Derrida, o Marxismo Francês, representado por Bourdieu contra Althusser e por fim, o Freudismo Francês, representado por Lacan (FERRY; RENAULT, 1985).

As analogias apresentadas tratam de configurar através das transposições filosóficas indicadas por cada um dos autores citados as concepções acerca da subjetividade e do sujeito.

A natureza deste trabalho não se inclina a aprofundar as concepções científicas de todos esses autores, tanto porque, esta ação, demandaria a composição de um trabalho mais extenso e sistemático. Contudo, através dos argumentos aqui expostos, buscamos evidenciar os elementos substanciais que nos permitem compreender de maneira universal o sentido atribuído ao Estruturalismo Francês.

Partindo para as conclusões finais desse subtópico, podemos notar que o estruturalismo Francês se constitui através de dois pontos determinantes: o primeiro se dá através da constituição teórica e metodológica no qual o estruturalismo se reduz na utilização de um método de racionalização cuja negação do historicismo e do humanismo conduz todo este construto teórico a uma finalidade única: a morte do sujeito.

No último capítulo da obra literária de Alain Renault e Luc Ferry (1985), intitulada “Retorno ao Sujeito”, os autores demonstram em cada uma das suposições metodológicas dos estruturalistas franceses um ponto em comum e determinante, a morte do sujeito, pois ao condicionar as estruturas sociais e políticas à formação subjetiva dos sujeitos, o estruturalismo condena o sujeito à irredutibilidade de sua existência, tornando-o incapaz de exercer uma relação dialética cuja racionalidade objetiva conduz a práxis transformadora em vista de superar-se a alienação do sistema capitalista. Ao contrário deste, alarga as esferas da alienação aprisionando o sujeito na manutenção deste sistema.

O segundo ponto está ligado à forma como este processo de falsa racionalidade projeta-se na materialidade concreta e objetiva, este fato pode ser observado através da apreensão dos movimentos ocorridos no Maio de 68.

Provido de várias manifestações políticas e culturais, o Maio de 68 é representado por um cenário dito como revolucionário por apresentar em seu marco histórico, inúmeros eventos contra a ordem estrutural, seja ela no campo científico ou político. No campo político compreende-se uma série de fenômenos revolucionários que ocorreram próximo a este período, como exemplo a barricada dos estudantes franceses, a guerra do Vietnã, a revolta dos guetos negros, a explosão dos movimentos de trabalhadores e estudantes na Austrália e pôr fim à greve geral em Quebec (RODRIGUES, 2006).

Já no campo científico, especificamente na França, inaugura-se a corrente filosófica e literária do estruturalismo representada pelos autores aqui postos em questão no qual suas suposições contribuíram mais para o desenvolvimento de um construto científico cuja finalidade resultou no anti-humanismo derivado da morte do sujeito.

Dito isto, e, após apresentar os elementos científicos aqui citados, espera-se que os mesmos tenham sido suficientes para fornecer subsídios capazes de questionar as bases do estruturalismo Francês, trazendo para o campo da sociologia a necessidade imanente do resgate das categorias histórico-ontológica e dialética, na assertiva de que somente a razão dialética é capaz de produzir uma ciência política, econômica e sociológica que opere de forma objetiva na materialidade concreta.

4. A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Desde a sua introdução na Educação Brasileira o ensino de sociologia passou, e ainda tem passado, por inúmeros entraves que colocam em questionamento a necessidade do estudo da disciplina na educação básica e examinam a necessidade de sua obrigatoriedade no Ensino Médio (IANNI, 2011).

Ao analisar a cronologia histórica do ensino de sociologia, notaremos sua inserção na educação brasileira a partir de 1870, quando Rui Barbosa substitui a Disciplina de Direito Natural pela Sociologia, “mais consentâneo com a ideia de origem social do Direito Positivo” (MORAES, 2011, p. 361). Deste então, houve um circuito de inúmeras mudanças políticas e de governos que alteraram diversas vezes o seu estado na educação, fazendo-se como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino secundário somente entre os períodos de 1925 a 1942 (MORAES, 2011), e, depois, gradativamente a partir da década de 1990, para que somente em 2008 voltasse a fazer parte do ensino como disciplina obrigatória.

As principais mudanças são datadas através dos seguintes fatos históricos: a Reforma de Benjamin Constant, em 1890, que marcou a reforma do ensino secundário, tornando obrigatória a disciplina nesse nível de ensino (OCN). Com a morte precoce do Ministro da Instrução Pública, anula-se a reforma e a possibilidade de integração do ensino de sociologia ao currículo.

Após este período, temos a Reforma Rocha Vaz, em 1925, que assina o Decreto nº. 16.782-A, de 13/01/1925, que institui a obrigatoriedade do ensino de sociologia nos anos finais dos cursos preparatórios. É observado que “já se tem uma situação de fato desenhada com a presença da disciplina nas escolas secundárias” (MORAES, 2011, p. 362).

Ao contextualizar esse período de reformas, torna-se importante ressaltar o fato de que, mesmo havendo a presença do ensino de sociologia na escola secundária, não se tem ao certo dados que comprovem o número existente de escolas nos estados brasileiros, tampouco o número de alunos e de professores que obtinham acesso a esse sistema educacional (MORAES, 2011).

Outro fator importante a se observar é que, neste período, não havia a formação de profissionais no ensino de sociologia, sendo muito comum a presença de advogados, médicos e engenheiros ocupando a defasagem de profissionais formados na área de sociologia (MORAES, 2011).

A Reforma Francisco Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), ocorrida após a revolução de 1930, mantém o ensino de sociologia ainda como disciplina obrigatória. Neste mesmo período, há a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Com o Decreto n. 19.851, de 11/04/1931, estabelecem-se as bases de criação das Universidades do país. Sucessivo a este fato, em 1934 temos a fundação da Universidade de São Paulo (USP) e a criação do curso de Ciências Sociais. Em 1933, surge o Curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) e, em 1935, com a fundação da Universidade do Distrito Federal, temos a criação do terceiro curso de Ciências Sociais no Brasil (MORAES, 2011).

Mesmo com a criação de ambos os cursos, o Ensino de Sociologia ainda apresentava características falhas no que cabe a uma organização curricular. Isso significa que a ausência de uma definição mais concisa acerca dos quesitos que compreendem a própria sociologia como ciência ou a justaposição dos elementos que compõem uma grade curricular do ensino colaborou para que, com a Reforma Capanema, no ano de 1942, houvesse a extinção da disciplina de Sociologia nas escolas secundárias.

Desse modo, Moraes (2011) argumenta que a exclusão do Ensino de Sociologia na escola secundária “prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais a indefinição do papel da disciplina” (MORAES, 2011, p. 365). Isso não significa que exista uma afirmativa ingênua em relação a este contexto, pois até os anos de 1940, a sociologia “tendia mais para uma concepção conservadora, de controle social, do que de emancipação e crítica” (MORAES, 2011, p. 367).

Há também nesta mesma ocasião uma “complexa relação entre compreensão e superação da sociedade que é constitutiva da institucionalização da Sociologia neste período” (MEUCCI, 2015, p. 254). Outro fator importante a se colocar é o fato de que a sociologia foi “reclamada por diferentes elites cujos horizontes ideológicos eram, por vezes, bastante distintos” (MEUCCI, 2015, p. 254).

É sobre este aspecto ideológico que devemos tratar, pois, as reformas que permeiam a educação brasileira, e o ensino de sociologia nem sempre se apresentaram sobre o mesmo aspecto político e ideológico no decorrer da história, tratando-se de um elemento que se constitui em condições históricas específicas, que alteram a sua razão e o seu fundamento conforme as determinações políticas também se alteram.

Esse exemplo pode ser evidenciado através da própria Reforma de 1942, no qual o ensino de sociologia torna-se dispensável nos primeiros sinais de esgotamento dos tratados

que culminaram no Estado Novo e, também, com o enfraquecimento do nacionalismo brasileiro condicionado pelos resultados da Segunda Guerra Mundial (MEUCCI, 2015).

A estrutura proposta na Reforma de 1942 deixa totalmente excluído o ensino de sociologia das escolas secundárias até os anos 1970. As considerações mais importantes a serem feitas em relação a este período é o fato de que a Ditadura Militar no Brasil ocorre entre os anos de 1964 a 1985. No ano de 1961, há exclusão total do ensino de sociologia e de filosofia dos currículos escolares, sendo substituídas pelo ensino de Educação Moral e Cívica. Com a Reforma de 1961, (Lei n. 4.024), a primeira LDB, Lei de Diretrizes Brasileira (MORAES, 2011), torna-se disciplina obrigatória do sistema federal de ensino o estudo de Organização Social e Política Brasileira e também o estudo de Educação Cívica. No ano de 1969, o estudo de Educação Moral e Cívica passa a ser obrigatório para todos os níveis da educação e em todas as escolas do país (MEUCCI, 2015).

Com o processo de redemocratização brasileira, os anos 1980 marcam o lento retorno da sociologia nas escolas secundárias através de uma mudança na legislação do sistema educacional brasileiro. A lei n. 7.044/82- promulgada pelo próprio governo militar (MORAES, 2011) - marca a flexibilização do ensino profissionalizante e o retorno da escola média. Contudo, a “Constituição de 1988 é o marco da aspiração de refundação do Estado Brasileiro sobre bases democráticas após uma década muito difícil de hiperinflação econômica e de inoperância política” (MEUCCI, 2015, p. 255).

Impulsionado por políticas públicas desenvolvidas especificamente no Estado de São Paulo, temos o retorno gradativo e lento do ensino de sociologia na educação pública, o qual, ao longo do tempo, passou a se estender para unidades da Federação brasileira através de leis ou até mesmo através da alteração de Constituições Estaduais. Lembrando que este processo se desenvolveu de forma bastante lenta e singular, não abrangendo todos os municípios e estados.

A década de 1990 apresenta-se constituída de mudanças que tiveram como objetivo resgatar os elementos desintegrados durante o período de ditadura militar. Esses elementos constituem-se de bases políticas democráticas que frisam práticas humanizadas que, de certo modo, permitem centralizar na educação a elaboração de um novo sistema educacional capaz de “oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento de atitudes autônomas e críticas” (MEUCCI, 2015, p. 255).

Desse modo, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996), esses fundamentos essenciais do

desenvolvimento social e humano passam a constituir a elaboração documental e burocrática da nova base educacional.

Contudo, no que cabe especificamente ao ensino de sociologia, existem dois fatores bastante curiosos - para não ressaltar trágicos - que ocorrem justamente neste período. O primeiro fator está ligado à assinatura do documento que sanciona a LDBEN nº 9.394/96, realizada pelo então Senador Darcy Ribeiro. Neste documento, a Sociologia é “nomeada claramente, junto com a Filosofia; no entanto, o tratamento a ser dado a ambas permanece obscuro na expressão” (MORAES, 2011, p. 369).

Isso significa que, ao analisarmos o documento de lei aprovado, notaremos que a sua descrição não se apresenta de forma clara indicando a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia, constando em lei a expressão domínio de conhecimento de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania (Lei n. 9.394/96, art. 36, § 1º, III). Seja pelo fato de “uma leitura imediata e, de certa forma, condicionada pelo interesse corporativo” (MORAES, 2011, p. 369) que indica, a obrigatoriedade do ensino, ou, por interpretação textual, o parecer de Darcy Ribeiro deixou, certo incômodo em relação à falta de especificidade na descrição do documento.

Este fato conduziu, no ano de 1997, o Deputado Federal Padre Roque Zimmerman a apresentar um projeto de lei no qual torna a redação do artigo 36 menos ambígua. O Deputado fez notar a contradição da lei que, mesmo fazendo alusão à necessidade do domínio do conteúdo de Sociologia e Filosofia para os fins prescritos, ignorou o seu caráter obrigatório (MEUCCI, 2015).

Após um longo processo que se estendeu até o ano de 2001, finalmente o Deputado Padre Roque consegue a aprovação do projeto de Lei na Câmara nos Deputados e no Senado Federal. O outro fator curioso - para novamente não ressaltar trágico - ocorre neste mesmo ano, quando o Sociólogo e então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso veta a sanção do projeto de Lei do Deputado Padre Roque Zimmerman, alegando que a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no currículo educacional implicariam na constituição de “ônus” para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade de contratação de professores para tais disciplinas (MORAES, 2011).

A partir de então, os movimentos educacionais e da área de sociologia passam a se organizar de modo a debater o caráter de tal decisão e ressaltar os fatores que tornam importantes a obrigatoriedade do ensino de sociologia. É importante ressaltar que, nesse período, há uma nova organização social a partir do desenvolvimento dos meios de produção econômica da sociedade brasileira, cujo resultado altera as estruturas sociais, como por

exemplo, a dos anos de 1930 (MEUCCI, 2015). Isso significa que tanto a sociedade, quanto o sistema educacional brasileiro sofreram mudanças que alteraram o lugar dos agentes sociais.

Os interesses das atuais elites não mais aguçam o desenvolvimento do estudo da sociologia como anteriormente, isso porque a própria sociologia brasileira não mais correspondia à sociologia-positiva, alcançando em seu alargamento a amplitude do conhecimento pautado no estudo científico, permeando a existência das desigualdades econômicas, de classes sociais, de direitos humanos e movimentos sociais, questões raciais e de gênero, direitos indígenas entre outras questões que abalam diretamente os interesses de uma classe dominante que ignora a existência desses fatores.

Neste mesmo período, haviam surgido grandes nomes no campo da Sociologia, como Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, entre outros, que defendem o ensino de sociologia a partir do desenvolvimento crítico, social e que exerce capacidade de mudança e transformação.

O próprio Florestan Fernandes, em seu trabalho “O Ensino de Sociologia na Escola secundária brasileira” (FERNANDES, 1954), apresenta-nos a necessidade do ensino de sociologia na escola, não como princípio meramente informacional, mas que tenha a capacidade de intervir na realidade e, com isso, criar mecanismos capazes de alterá-la. Foram esses os argumentos utilizados em todos as reuniões e congressos (MORAES, 2011) que se realizaram no decorrer de oito anos para que, por fim, no ano de 2008, o projeto de lei nº 11.684/2008, assinado e sancionado pelo Vice - Presidente em exercício José Alencar, torna obrigatório o Ensino de Sociologia na Escola Pública, Lei que encontra-se em vigor até os dias atuais.

Contudo, mediante as recentes aprovações no Congresso que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e juntamente a reforma do Ensino Médio, mais uma vez vemos um intenso movimento cujos interesses visam minimizar a atuação da área no Ensino Educacional. Quanto a este fato, por se tratar ainda de um processo que está em movimento, não podemos consentir grandes afirmativas, mas, tanto as análises educacionais quanto sociológicas não aspiram otimismo frente a tais transformações.

4.1. A educação como princípio do Domínio Burguês: O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os seus impactos na educação brasileira.

É certo que as transformações econômicas e sociais que instituíram o alargamento da economia capitalista em toda a Europa e no Norte da América, difundiram-se por diversos países do mundo. É certo também que, grande parte desses países aderiram ao sistema econômico capitalista antes mesmo de fomentar sua capacidade de força produtiva e tecnológica, consolidando suas bases estruturais a partir do alastramento das desigualdades sociais que tornaram contingentes as possibilidades de produção e de desenvolvimento social.

Este desequilíbrio expandiu-se irracionalmente de maneira sólida em todo o ocidente Europeu, na América do Norte e em grande parte da América Latina, reestruturando o movimento da sociedade civil a partir da institucionalização de meios jurídicos, burocráticos, culturais e de representações ideológicas (DEL ROIO, 2014) cujos fins representam claramente os interesses de manutenção da ordem social partindo sempre da premissa econômica capitalista.

A organicidade deste processo constitui-se em todos os setores da sociedade, difundindo-se a todos os sistemas que caracterizam as formas de reprodução cultural da vida humana, seja através da religião, dos valores morais e da educação, materializando-se na realidade concreta como um absoluto sistema de alienação da humanidade que se caracteriza pela perda de controle corporificada numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo (MÉSZÁROS, 2006, p. 14), e que implica na incapacidade de superação econômica e social, condicionando à essência humana, a coisificação dos indivíduos como consequência do trabalho e à subjetivação da capacidade de reconhecimento dos processos sociais e econômicos em sua totalidade, limitando-se continuamente a reprodução deste sistema (MARX, 2004).

Dado o avanço cronológico deste processo, a sociedade civil encontra suas bases estruturais dilatadas neste sistema econômico que cada vez mais acentua suas contradições políticas remetendo à organização social, não mais, somente as causas objetivas direcionadas a finalidade da exploração da força de trabalho, mas também, agora, conduzidas na centralidade do controle hegemônico e imersas a um sistema de alienação reificado (NETTO, 2015).

As consequências destes eventos se exprimem na fatalidade das crises econômicas e sociais que atingem de forma mais intensa os países de baixa economia nas quais suas bases produtivas sequer encontraram capacidade autônoma de produção industrial, tornando-se

completamente dependentes dos países, cujo processo econômico apresentava-se de forma avançada.

Podemos evidenciar os impactos do desenvolvimento do capitalismo tardio, isto é, os resultados da expansão do neoliberalismo nos países como Brasil, Venezuela, Chile, Peru, Argentina e Bolívia, (DAL RI, 2017) como forma de regressão social que está diretamente ligada

à desregulamentação e precarização do mercado de trabalho, ao desemprego e à expansão crescente da pobreza, que por sua vez estão ligadas às políticas generalizadas de privatizações e concessões cada vez maiores às grandes *corporations*, especialmente as dos países hegemônicos (DAL RI, 2017, p. 166).

Desse modo, tais países se encontram impelidos a desenvolver políticas próprias que visam o desenvolvimento social pelas implicações contrárias as práticas neoliberais, estando obrigados a importarem sistemas políticos que outrora fracassaram em suas origens, mas, que aplicado aos países dependentes, garantem a manutenção e a expansão deste sistema econômico.

No Brasil, a análise deste processo exige dada particularidade, pois

a compreensão das especificidades do capitalismo brasileiro, todavia, não poderão ser apreendida por meio de uma investigação circunscrita ao espectro da formação nacional. Faz-se mister ir além e perscrutar a dinâmica do capitalismo mundial à luz dos conceitos de dependência e subdesenvolvimento (FURNO; GOMES, 2015, p. 131).

Diferente dos países de economia capitalista avançada que centralizaram a organização social a partir da liberdade de poder econômico exercido pela burguesia, no Brasil, esta mesma classe tardou demasiadamente a aspirar ao desejo de liberdade econômica, mantendo-se dependente dos países de economia avançada.

Para Florestan Fernandes (1968), este sistema de dependência se manifesta no interesse à perpetuação das estruturas econômicas e sociais que foram constituídas durante o período colonial. Nesse caso, os atrasos sociais e econômicos frente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cumprem um papel histórico fundamental para a acumulação de capital das elites econômicas.

Esse processo realizou-se de forma tão eficaz que ao transitar de uma economia colonial para um Estado Nacional, apenas se transferiram as relações de poder sob uma ótica substantiva sem que se alterassem as condições econômicas e sociais, de modo em que, as estruturas coloniais permaneceram intactas enquanto nomeava-se para a centralidade deste

novo processo econômico, uma nova classe social denominada burguesia agrária local (FURNO; GOMES, 2015).

Sabemos com clareza que a essência da economia capitalista encontra-se fundamentada na lógica da propriedade privada, do lucro, da exploração do trabalho humano e da liberdade econômica e de mercado. Contudo, o que também sabemos é que esse sistema apenas se desenvolveu a partir das revoluções burguesas cujas ações trouxeram à luz um caráter progressista com o intuito de estabelecer “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realiza, quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax da sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 425).

No Brasil, as classes dominantes acendem a partir de um processo contrário e retrógrado. O poder econômico passou a ser exercido pela burguesia agrária sem que houvesse alterações políticas nas estruturas sociais. Concomitante a este fato, institui-se os meios burocráticos que tornaram legítima a obtenção da propriedade privada, isto é, os grandes latifúndios de terras que atuavam sob um sistema arcaico de produção agrária e de extração mineral cuja força de trabalho escravo era por finalidade e essência, incapaz de fomentar a economia interna através do consumo, mas que, por outro lado, produziu lucros exorbitantes na exportação de materiais como o ouro, o açúcar e o café (RIBEIRO, 1986).

Tal estado de lucratividade e de abundância econômica que foram alcançadas a partir do capitalismo dependente, altera-se de forma substancial a partir das mudanças econômicas ocorridas como resultado do desenvolvimento do capitalismo Europeu. Assim, extingue-se gradativamente a utilização de mão de obra escrava substituindo-a pela exploração do trabalho imigrante. Contudo, é justamente através desta transição que se assentam as origens determinantes das desigualdades sociais no Brasil. Ao se alterar as formas de reprodução do trabalho, alterou-se por completo as estruturas de organização social. Os escravos que anteriormente ocupavam a força de produção do trabalho nas fazendas e nos latifúndios encontram-se desprovidos de trabalho e de moradia, ao passo em que os imigrantes europeus aos poucos começam a tomar os espaços das cidades, constituindo uma nova forma de produção econômica baseada nos meios industriais.

As mudanças estruturais ocorridas não deram conta de configurar novas formas de produção econômica e tampouco alocar a força de trabalho que neste momento histórico encontra-se desprendida de aplicação. A concentração de renda e da propriedade da terra impossibilitou, a existência da economia agrária por parte de pequenos produtores e a carência do desenvolvimento industrial resultou em um número elevado de desempregados nas cidades, configurando um processo de urbanização caótico (RIBEIRO, 2006).

O caos se reproduz na mesma proporção em que o nível populacional aumenta, tornando o Brasil uma das nações de maior desigualdade social do mundo (CARTER, 2008), cujos efeitos atuais se caracterizam através destes elementos históricos.

4.2. Desigualdades Sociais, Educação e os milhões de “*Josephs*” brasileiros.

É importante considerarmos que a educação é um elemento substancial que compõem todas as sociedades, um fator determinante que agrega a transmissão cultural, a formação dos indivíduos para a convivência social e para o desenvolvimento evolutivo, ao passo que, o conhecimento adquirido possa se realizar na materialidade concreta resultando na projeção de novas técnicas e tecnologias (FERNANDES, 1959).

Contudo, existe uma relação intrínseca entre o desenvolvimento econômico-social e o educacional (MÉSZÁROS, 2005) que torna necessário o processo de evolução de cada um desses aspectos, se desenvolvam concomitantemente através de uma relação dialética. Em um país cuja miséria se presta de forma histórica e que a desigualdade social multiplica seus índices elevados, podemos observar claramente tanto no aspecto econômico quanto no educacional determinado fracasso. As condições históricas revelam que o interesse de determinados grupos sociais estão diretamente voltados a ampliação e manutenção de sua classe econômica, excluindo a necessidade do acréscimo estrutural que inclui as camadas economicamente baixas, multiplicando ano após ano, a pobreza, a miséria e o analfabetismo.

No Brasil, este sistema se reproduz em um ciclo vicioso que manifesta o seu ponto de intersecção através da economia e da educação.

Segundo Fernandes,

Poucos países, no mundo moderno, possuem problemas educacionais tão graves quanto o Brasil. Como herança do antigo sistema escravocrata e senhorial, recebemos uma situação dependente inalterável na economia mundial, instituições políticas fundadas na dominação patrimonialista e concepções de liderança que convertiam a educação sistemática em símbolo social dos privilégios e do poder dos membros das camadas dominantes (FERNANDES, 2010, p. 35).

Podemos observar que o processo de desenvolvimento da educação brasileira se torna falho a partir do momento que as elites tomam a percepção de que o controle educacional resulta diretamente no controle político e ideológico das camadas populares.

Na medida em que se estabelece limites ao acesso do conhecimento, caracteriza-se o sucesso de uma ação global que por necessidade exerce a ordem geral do seu próprio sistema, e que, de forma combinada em suas microestruturas, projetam o sucesso de suas relações no todo. Isso significa que tanto no Brasil, quanto nos países da Europa e dos Estados Unidos, os limites educacionais se dão justamente para o controle das posições sociais e culturais dos indivíduos na sociedade. As mudanças cedidas e que se apresentam às classes baixas como melhorias, crescimento ou alteração, nada mais representam do que se não

corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2005).

Desse modo, torna-se demasiadamente importante atentarmos para as circunstâncias que tornam os interesses de controle educacional das elites como algo substancial à sua própria existência, pois o fator que compõe sua manutenção e poder é o mesmo fator capaz de destruí-la.

Podemos evidenciar esta colocação tomando como exemplo a relação que se estabeleceu entre o Iluminismo e as classes burguesas após as revoluções do século XVIII, no qual, esvaziou-se da razão qualquer princípio filosófico progressista na troca de um positivismo estático.

Ao se dar conta de que todo o conhecimento utilizado para promover a maior mudança estrutural da história estaria à revelia também dos trabalhadores e das classes mais baixas da sociedade moderna, a burguesia desenvolveu mecanismos hábeis para tornar os mesmos meios que garantiram o seu sucesso, ineficiente para as demais classes (MARX, 2008).

No Brasil, nunca houve por parte das elites o interesse de tratar a educação como algo fundamental e necessário. O capitalismo dependente ocasionou grande atraso no desenvolvimento tecnológico e industrial, limitando – se sempre à modernização do arcaico e mantendo propositalmente suas estruturas sociais antigas sob uma ótica modernizada e neoliberal, que, apenas suplanta um novo modelo social a uma estrutura completamente desigual e defasada (FRIGOTTO, 2007). Esse sistema pouco agrega em termos de crescimento social, mas constitui uma condição essencial para o capitalismo orgânico mundial.

Dadas as alterações econômicas no final do século XX que condicionam as sociedades capitalistas à um novo sistema social determinado por uma lógica de mercado global, a educação também se transforma cedendo cada vez mais às modalidades práticas e esvaziadas de concepções científicas, dando lugar ao tecnicismo com o intuito de atender as demandas necessárias para o novo mundo globalizado.

Diferente do método instituído no antigo capitalismo que;

o sistema educacional focalizava a formação de sujeitos disciplinados, com força de trabalho qualificado e de confiança. Hoje, na nova ordem econômica neoliberal, o sistema educacional focaliza trabalhadores com capacidade de resposta, com rápida capacidade de aprendizagem, que saibam trabalhar em equipe, que sejam competitivos, criativos e, pela abundância de mão de obra, os indivíduos ficam sem condições de reivindicar melhores remunerações e condições de trabalho (NETO; CAMPOS, 1996, p. 15).

Esse cenário agrava cada vez mais a situação de desigualdade social no Brasil, pois, esse novo contexto global erradica as chances de sobrevivência no mercado de trabalho, não havendo condições mínimas de conhecimento dadas através do fator educacional.

No Brasil, aproximadamente 55% da população - quase 17 milhões de pessoas – encontram-se em situação de pobreza (população superior à chilena).

Da população geral, 30 milhões de brasileiros habitam a zona rural, representando um número maior do que a população da Venezuela. (SAMPAIO, 2013).

Dessa população que se encontram no espaço rural, 15,5% dos produtores nunca frequentaram a escola e 79,1% não completaram o ensino fundamental¹⁰.

Nos centros urbanos, estes dados não amenizam os níveis de baixa escolaridade da população brasileira. Segundo o IBGE, as estatísticas sociais apresentam 66,3 milhões de pessoas acima de 25 anos de idade, o que correspondem a 51% da população adulta, dessa população, apenas 20 milhões de brasileiros obtém o ensino fundamental e somente 15,3% da população, conclui o ensino médio¹¹.

O elevado número de brasileiros com baixa escolaridade equivale proporcionalmente à vastidão das desigualdades sociais do país, e à aplicação das políticas liberais apenas reforçaram tais disparidades. É inegável a relação existente entre o alto nível de baixa escolaridade no Brasil e o grau elevado de desigualdade social.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica¹² do ano de 2017, 97% da população mais pobre encontra-se matriculadas no Ensino Fundamental, contudo, a estimativa é de que aproximadamente 430 mil crianças e adolescentes com idade entre seis e 14 anos, não frequentaram ou não concluíram este nível de escolaridade que apenas se encontra universalizado para o quartil mais rico da população.

No Ensino Médio, este cenário se agrava enfaticamente alargando mais ainda o nível das desigualdades, pois é neste ciclo de escolarização, que se estabelece a completa divisão de classes sociais na educação, onde, a população mais rica da sociedade recebe um incisivo preparo para ingressar no ensino superior enquanto a população mais pobre se restringe a um ensino técnico deficiente que canaliza somente a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (ANUÁRIO, 2017).

¹⁰ Dados do Censo Agrário 2017 – IBGE. <IBGE.gov.br/censoagrario2017>

¹¹ IBGE – PNAD 2016 – Estatísticas Sociais 2016 <IBGE.gov.br/pnad2016>

¹² Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017; Ed. Moderna, São Paulo, 2017 – p. 1-178.

No ano de 2017, a taxa líquida de matrícula no ensino Médio correspondeu a 62,7%, com 1,7 milhões de jovens entre 15 a 17 anos nas escolas. Mesmo que estes índices não correspondam a totalidade da população desta faixa etária, esse número apresenta um salto significativo na elevação da taxa em comparação aos últimos 15 anos.

A dificuldade de permanência dos jovens no ensino médio incide diretamente com o baixo nível econômico de sua origem social. A evasão escolar neste período indica que grande parte desta população etária necessita contribuir com a renda familiar, deixando sua formação básica em segundo plano (SOUZA; VAZQUEZ, 2015).

Este cenário de evasão escolar não se realiza apenas durante o ensino médio, mas repete-se em inúmeros outros momentos dos ciclos escolares em realidades de vidas diferentes onde a única semelhança entre elas está refletida em seu nível de pobreza, constituindo na realidade brasileira a história de milhares de “Josephs”, que passam por diferentes problemas através da mesma causa em comum.

A história de Joseph descrita por Michael Apple (2003), traz a narrativa de um garoto de nove anos que vivia na região de *East Coast*, um dos lugares mais pobres dos Estados Unidos. Certo dia, Joseph recebe a notícia que iria reprovar a quarta série por não ter obtido nota suficiente em aritmética e em educação física. A defasagem no nível de conhecimento de Joseph estava relacionada à dificuldade do garoto em se manter acordado durante as aulas, devido ao fato de passar muitas noites acordado para que fosse possível passar um tempo com a mãe, que trabalhava durante o turno da noite.

As condições econômicas da região eram extremamente baixas, contudo, o sistema educacional ali aplicado seguia a regra geral de análise baseada em números fornecidos pelos resultados de provas e avaliações, sem levar em conta nenhum elemento humano que caracterizasse tal resultado.

No ano seguinte, Joseph desistiu da escola, e um tempo depois, acabou sendo preso. Infelizmente a história de Joseph se reproduz na vida de milhares de brasileiros todos os anos. É exorbitante o número de crianças, jovens e adolescentes que abandonam a escola por não corresponderem aos índices necessários que garantam sua aprovação. Contudo, pouco se questiona, os meios de avaliação impostos, que não contemplam de forma igualitária a realidade social de todas as crianças que estudam no Brasil.

Desse modo, concordamos com Apple quando observa que: “a maioria de nossos modelos atuais de educação tendem a ratificar, ou pelo menos a não eliminar ativamente, muitas das desigualdades que caracterizam tão profundamente essa sociedade” (APPLE, 2003, p. 7).

O trabalho de Apple publicado no Brasil no início do segundo milênio, aprofunda uma reflexão sobre os impactos ocasionados na educação Norte Americana em decorrência da aplicabilidade dos ideais do neoliberalismo na rede de ensino do país. As similitudes das colocações apresentadas por Apple (2003) são extremamente cabíveis às conjunturas educacionais brasileiras, ao ponto de tornar-se possível estabelecer uma análise direta dos problemas propostos pelo autor ao cenário atual da educação no país.

As reformas aspiradas no Brasil trazem consigo o caráter conservador que integra na sociedade o interesse de poder ideológico das elites, materializados na educação através da moralidade religiosa, da mercantilização do mundo e da restauração da ordem cultural (APPLE, 2003). Ao mesmo tempo em que as elites garantem o processo de desenvolvimento econômico dados por princípios meritocráticos, assimila a ordem cultural através dos valores morais ligados a religião e a defesa do estado, enquanto o próprio estado nega seu papel na garantia do bem-estar social, cabendo aos cidadãos a realização do mesmo.

Assim, percebemos que o alto índice de desigualdade social segue concomitantemente ao nível de baixa escolaridade da população brasileira, reproduzindo permanentemente as diferenças de classes, o desemprego e a miséria, tornado cada vez menos provável que a educação de realize de forma transformadora, cedendo cada vez mais à manutenção do poder hegemônico das elites brasileiras.

Logo, nos torna necessário lutar por um sistema educacional que realmente se efetive na sociedade transformando a vida dos sujeitos para além das determinações econômicas; uma educação para além do capital deve ser

sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico (MÉSZÁROS, 2005, p. 12).

5. FORMAS DE RUPTURAS DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Para além dos ideais utópicos que tentam alinhar a educação às concepções de um liberalismo reformista seguido das regras implacáveis da ordem estrutural (MÉSZÁROS, 2005), devemos ter em mente a necessidade de superação educacional, a partir da ordem contrária que se situa a lógica do capital.

Não há como estabelecer um projeto educacional no qual a sua finalidade exerce o interesse de emancipação humana, partindo do objetivo econômico, cuja substancialidade incide na reprodução do trabalho alienado (MÉSZÁROS, 2006), que, por sua vez, se manifesta na materialidade como uma lógica determinada, no qual os indivíduos são inconscientemente levados à efetivação deste sistema, como única forma de efetivação da vida, naturalizando as condições sociais em que se encontram como parte emanente ao desenvolvimento humano, tornando a insustentável realidade, em uma espécie de “fato dado e acabado” (MARX, 2004).

Este sistema de alienação permeia as condições de desenvolvimento subjetivo, político e econômico, através da organização social como um todo. Deste modo, a educação passa ser apenas mais um aparato de poder hegemônico, que nos transfere a falsa impressão de obtenção de conhecimento para a superação social.

Contudo, para que o sistema educacional se efetive como forma de contribuir nos projetos de emancipação, torna-se necessário que a construção e o desenvolvimento do conhecimento alcancem o esclarecimento objetivo da realidade no qual os sujeitos estão inseridos (FERNANDES, 1954), revertendo este estado de irracionalidade que predestina os indivíduos à sociedade de classes à compreensão da realidade, podendo assim, alterar determinados percursos políticos e sociais.

Mesmo que soe contraditório, a organização do sistema educacional na sociedade capitalista torna-o incapaz de transformar a realidade concreta e reduzir os níveis de alienação no qual os sujeitos estão imersos. A própria concepção que origina o sistema educacional, reduz o seu resultado fenomênico à transferência de valores políticos e morais de uma determinada estrutura de poder a fim de assegurar uma finalidade de controle social. (DAL RI, 2017, p. 166). Deste modo, a base de transformação social que nos aproxima de forma mais sustentável ao esclarecimento racional da condição humana, é a mesma que a mantém alienada. Isso significa que, tanto o processo de alienação (MARX, 2004), quanto o processo

de desalienação (MUSTO, 2014), irá efetivar-se não através do sistema educacional, mas sim, através do trabalho.

O trabalho é o cerne da estrutura social, o meio fundamental que torna capaz a efetivação da vida humana. Todavia, a forma dada ao emprego do trabalho na sociedade capitalista, desefetiva a essência do trabalho e do trabalhador de modo em que, o trabalho passa a ser baseado na produção da mercadoria e o trabalhador se torna assalariado para obter a mercadoria, deste modo, a essencialidade da vida é esgotada na produção da mercadoria, ao ponto em que, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (MARX, 2004. p. 80).

Este processo afeta a estrutura social como um todo, materializando-se na produção de ideias e representações que atingem diretamente a consciência dos indivíduos. (MARX; ENGELS, 1978).

O significado da vida humana passa a ser resumido na realização do consumo, e, quanto mais se alarga o desenvolvimento econômico capitalista, mais profundo se torna o estado subjetivo das relações humanas e sociais.

Essas questões não atingem somente as estruturas organizacionais que define as formas de trabalho e a divisão de classes sociais. Tal processo define a essência da natureza humana atingindo as particularidades dos indivíduos e esvaziando por completo a sua significação. Abstraem-se as características afetivas, condicionando os indivíduos ao estado de desumanização, afundando cada vez mais os sujeitos sociais a irracionalidade guiada pelo desejo de consumo e de obtenção da mercadoria.

Neste sentido, “na sociedade capitalista, os homens são dominados pelos produtos que criam e vivem em um mundo no qual as relações recíprocas aparecem “não como relações imediatamente sociais entre pessoas [...] mas como, relações de coisas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MUSTO, 2014, p. 87).

Contudo, a ênfase deste processo não se desenvolve como

uma problemática individual, ao contrário, sempre foi considerado um fenômeno social. Não é uma manifestação da alma, mas um poder real, uma dominação concreta, que se realiza, na economia de mercado, depois da transformação do objeto em sujeito (MUSTO, 2014, p. 88).

A alienação dos sujeitos sociais não se encontra na especificidade subjetiva do indivíduo, mas sim, na estruturação da atividade produtiva. A forma como se organiza a sociedade burguesa, tende a transformar a essencialidade substancial de todos os elementos que compõem a materialidade em coisas e objetos, sendo assim, a natureza se transforma em propriedade e o ser humano se transforma em um simples objeto de produção.

Podemos então evidenciar que a centralidade do problema encontra-se na forma como se estabelece a relação entre o sujeito e o objeto, o trabalho e a mercadoria.

Mas, não nos basta pensar que a abolição da propriedade privada e da divisão social do trabalho torna suficiente o desenvolvimento do processo de desalienação (MUSTO, 2014). Para que o mesmo se efetive, torna-se necessário que se transforme as relações que se estabelecem entre os indivíduos, a mercadoria e o trabalho.

Segundo Marx;

um sistema que produz um enorme acúmulo de riqueza para poucos e espoliação e exploração para a massa de trabalhadores, deve ser substituído por “uma associação de homens livres que trabalhem com meios de produção comuns e gastem conscientemente as suas muitas forças de trabalho individuais como uma só força de trabalho social” (MUSTO, 2014, p. 89).

Deste modo, encontramos a base substancial que permite a realização da verdadeira natureza do trabalho e do seu efetivo caráter social, que liberta os indivíduos para o desenvolvimento do progresso tecnológico e científico a fim de subsumir o trabalho coercitivo alienado, possibilitando a realização da atividade criativa e consciente, não mais à disposição do capital, mas sim para a efetividade da liberdade humana do indivíduo social (MUSTO, 2014), tais práticas somente se tornam possíveis quando se transfere a representação do trabalho alienado a efetivação do trabalho associado.

Antes de nos acusarmos por demasiada utopia, torna-se necessário lembrar que a ideia do trabalho associado é uma prática existente desde o século XIX, e que se desenvolve como forma de resistência ao alargamento da economia capitalista, cujas “primeiras organizações de trabalhadores estiveram voltadas para a ajuda mútua e a luta contra as condições subumanas de trabalho e de vida impostas pelo capital” (DAL RI, 2017, p. 170).

A partir de então, podemos encontrar presentes na sociedade, movimentos de trabalhadores que iniciam formas de produção econômicas, através do trabalho associado e da criação de organizações “tais como: as cooperativas populares, as empresas de autogestão, as empresas recuperadas, as cooperativas agrárias dos Sem-Terra, dentre outras” (DAL RI, 2017, p. 171).

É importante observamos que concomitante a instituição do trabalho associado, há também o desenvolvimento de uma nova prática educacional realizada a partir da formação social dos indivíduos e dos trabalhadores. Este sistema de educação exclui os padrões convencionais utilizados na sociedade capitalista que mantém segura a estrutura de reprodução das desigualdades sociais e da alienação do trabalho, visando, acima de tudo,

preparar os sujeitos para a prática do trabalho útil, a partir da ampliação de uma gestão democrática. (NOVAES, 2013).

Podemos tomar como exemplo de implementação deste sistema educacional, o Movimento Zapatista ocorrido no México, que, “defende uma gestão democrática no território, a participação direta da população nos assuntos públicos, a partilha da terra e da colheita com uma organização autônoma da produção” (DAL RI, 2017, p. 175), como também, as escolas do MST no Brasil, que criaram um sistema de educação próprio que abrange desde a educação infantil ao ensino superior com o intuito de advogar, “a educação para a transformação da sociedade, para o trabalho e a cooperação; para o desenvolvimento das várias dimensões humanas e que estabelece relação entre a prática e a teoria” (DAL RI, 2017, p. 177).

Podemos também tomar de exemplo, as escolas itinerantes e os centros de agroecologia mais avançados que, segundo Novaes

Praticam pedagogias que insiram as escolas e universidades nas lutas dos trabalhadores, que preparem para o trabalho coletivo, para a realização do trabalho socialmente útil e para a gestão democrática, que teorizem e ajudem a resolver os problemas da produção de alimentos saudáveis e desmercantilizados, além da criação de hábitos autogestionados e da compreensão da realidade social dentro da sua totalidade. Em última instância, de superação do trabalho alienado dos professores e dos trabalhadores (NOVAES, 2013, p. 8).

Deste modo, observamos que a socialização do conhecimento real, torna possível a realização de um projeto de educação pautado na valorização do humano e na efetivação do trabalho útil como forma de desenvolvimento social. Existe sim, para além das utopias, uma educação para além do capital que permite reverter o processo de alienação do trabalho social, a fim de estabelecer uma prática emancipatória.

Contudo, sabemos que a efetivação deste sistema educacional, apenas se concretiza no conjunto de movimentos sociais que se colocaram contra a reprodução do sistema capitalista. Tidos como movimentos de resistências, enfrentam cotidianamente os ataques sociais e políticos daqueles que detém o poder hegemônico.

Para pensar a ampliação deste sistema educacional que visa o desenvolvimento humano, é necessário efetivar na realidade concreta uma transformação revolucionária nos meios de produção. Os exemplos até aqui citados, nos trazem à luz, as possibilidades de realização humana, mostrando-nos que de fato é possível estabelecer um sistema educacional para além do capital (MÉSZÁROS, 2005).

6. CONCLUSÕES FINAIS

“Ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social” (LUKÁCS, 2012). Sua inclinação à apreensão da natureza dos fatos que incidem sobre os fenômenos reais da materialidade concreta, permitiu-nos compreender que existe no desenvolvimento teórico e científico a assertiva objetiva de interesses políticos, sociais e econômicos que se configuram nos substratos sociais de forma concreta.

A dicotomia existente entre o sujeito e o objeto que durante milênios permeou o campo da filosofia, pôde ser deflagrada a partir dos elementos substâncias que compunham a realidade, colocando os sujeitos como centro de toda figuração material.

Esse processo põe a prova o fato de que, em toda a história da humanidade a inflexão do sujeito mediante aos fenômenos reais esteve alheia as condições materiais devido a sua ocupação subjetiva, ideológica, distante do mundo e da realidade.

Se por um lado as determinações agnósticas e ideológicas permaneceram durante tanto tempo na história da filosofia como principal método de apreensão da realidade, é através do materialismo histórico dialético de Karl Marx que há a posição dos sujeitos sociais mediante aos fenômenos materiais de uma realidade historicamente exposta no centro da maior transformação humana, que redefiniu as formas de relação, produção e estruturação social.

Deste modo, os sujeitos sociais tornam-se o único elemento capaz de intervir e alterar a realidade pela sua capacidade dialética.

É sob esse contexto que em seu livro: O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2011), que Marx nos aponta a efetividade da atuação material dos sujeitos na constituição do meio social. Em outras palavras, como colocado nas Teses sobre Feuerbach (2007) e aprofundado no O Capital (2013)

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais (MARX, 2013. p. 22).

Contudo, como nos aponta Marx (2013), “a filosofia se limita a interpretar o mundo de várias maneiras, quando é preciso transforma-lo” (MARX, 2013, p. 21).

E é sobre essa assertiva que Marx (2013), nos evidencia a relação intrínseca que se estabelece entre as camadas dominantes e os sujeitos sociais, determinadas e condicionadas através da ideologia.

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá ao contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens agrupados em classes sociais, estabelecem entre si (MARX, 2013. p. 21).

A ideologia passa a ser o elemento substancial que impele os sujeitos sociais de adquirir condições objetivas de atuar na materialidade concreta.

A partir das colocações de Marx, Georg Lukács, em seu trabalho intitulado *Marxismo e Teoria da Literatura* (1968), irá desenvolver o conceito de decadência ideológica Burguesa.

A decadência ideológica burguesa é o resultado da apreensão irracional filosófica que é transferida aos sujeitos sociais, criando lacunas subjetivas que os impedem de racionalizar a materialidade concreta e criar condições objetivas de transformação que são determinadas pelos interesses políticos e econômicos da classe burguesa.

Esse estado de domínio burguês passa a operar em todas as esferas existente do campo humano, seja na filosofia, na economia, na política e na educação.

É a partir de então que surge na sociedade moderna modelos específicos que se aplicam na condução e no desenvolvimento da sociedade civil a fim de garantir o poder hegemônico das classes burguesas.

No que cabe ao desenvolvimento da sociologia como ciência, através das análises apresentadas no decorrer do Capítulo I, pudemos perceber que: a transposição filosófica de apreensão dos fenômenos concretos para o irracionalismo agnóstico ocorrido através do desenvolvimento do positivismo, condicionou o emprego da sociologia como um mecanismo de ajustamento social pragmático cuja finalidade operou e ainda tem operado na manutenção da reprodução do sistema desigual de classes sociais.

As transformações políticas e econômicas que marcaram o século XX, trouxeram consigo novas formas de apreensão filosóficas, deslocando cada vez mais o lugar do sujeito na materialidade concreta.

Nesse sentido, o pensamento ideológico burguês se altera de acordo com a forma em que a própria economia se altera, contextualizando o seu pragmatismo filosófico às posições subjetivas dos sujeitos de cada tempo.

A natureza dessa condição, eleva no campo da filosofia o conceito de decadência ideológica burguesa ao estado de miséria da razão. (COUTINHO, 2010).

Podemos observar que desde a filosofia clássica, a burguesia tem se utilizado de fatores ideológicos para legitimar a sua condição hegemônica, estando a sociologia inteiramente condicionada a esse fator.

Buscando contextualizar os efeitos da ciência eurocêntrica, base principal de desenvolvimento na ciência da sociologia brasileira, pudemos concluir que as bases do irracionalismo filosófico ocidental estiveram presentes na constituição da sociologia brasileira, superando-se apenas em um determinado momento histórico onde o marxismo se desenvolveu no país, mas, como resultado da decadência ideológica burguesa, não alcançou sua finalidade prática.

No que cabe a educação, como colocado no Capítulo 3, sua própria origem se desenvolve através de interesses de manipulação ideológica em relação ao controle das massas sociais (MÉSZÁROS, 2005).

Sendo assim, no Brasil, o ensino de sociologia sempre esteve sob o poder das classes burguesas que interferiram continuamente na constituição do seu processo de desenvolvimento na educação.

Contudo, nesse mesmo capítulo pudemos mostrar que existem formas possíveis de superação da decadência ideológica burguesa na educação brasileira, e que podem se realizar através da apreensão dos fenômenos reais e concretos, incitando os sujeitos sociais ao processo de desalienação através da construção objetiva do conhecimento, constituindo assim, formas de aplicação sociológica para além do capital. (MÉSZÁROS, 2005).

Para colocações finais, podemos então perceber que a decadência ideológica burguesa, manifestou-se epistemologicamente no pensamento filosófico clássico ocidental, perpassando para a constituição da sociologia brasileira, até se inserir na educação como forma de manutenção do poder ideológico burguês.

Desse modo, como professores e sociólogos, cuja racionalidade reconhece as objetividades materiais e os atrasos subjetivos ocasionados pela manipulação da decadência ideológica burguesa, devemos buscar formas de aplicação prática de conhecimento para sobrepujar as mazelas do domínio ideológico burguês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anuário Brasileiro da Educação Básica.** Todos pela educação. São Paulo, Ed. Moderna, 2012.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita. Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas.** Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2): 46-65 [2002].
- BRASIL. MEC. C. N. E. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Área Ciências Humanas e suas Tecnologias,** Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Conhecimentos de Sociologia.** p. 100-133, 2006.
- CAMPOS, C. G. E NETO, E. J. F. **O impacto do Neoliberalismo na Educação Brasileira. (VI seminário Internacional sobre Profissionalização Docente) – (SIPD/CATÉDRA UNESCO)** ISSN2176-1396.
- CANDIDO, Antonio. **A Sociologia no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP,** vol. 18, n. 1 pp. 271-301. Junho/2006.
- CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio. **A luta na terra, fonte de crescimento, inovação e o desafio constante ao MST. In: CARTER, M. Combatendo a desigualdade social - o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Unesp, 2010.
- CATERINA, Gianfranco. **O papel da USAID no financiamento ao governo brasileiro.** CADUS – Revista de História, Política e Cultura, São Paulo, v.1, n.1, Julho/2015.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro e ARRIADA, Eduardo. **Algumas considerações sobre o ensino da sociologia na educação brasileira 1882-1942.** Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 2, N1, p. 86-100. Março/2013
- COHN, Gabriel. **Max Weber Sociologia.** 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- Conselho Nacional de educação – CNE – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Data do acesso: 20/03/2020
- COUTO, Bruno Gontyjo. **O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil.** Revista Em Tese, v. 13, n 1, jan/jun 2016. UFSC, Florianópolis
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria d razão.** 2ª. edição, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAL RI, N. M. E NOVAES H. T. (orgs.) **Movimentos sociais e Crises Contemporâneas** vol. II Uberlândia/Minas Gerais. Navegando Publicações, 2017.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2001. p. 136-161.

DEL ROIO, M. (org.) **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Idiota**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

EVANGELISTA, João E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada**. RBEP v. 32, n 75, jul/set. 1959, p. 28-78. RBEP v. 86, n. 212. P. 125/161. jan/abr. 2005.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. 2ª ed. São Paulo: Global Editora. 2006.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1968.

FERNANDES, Florestan. O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**. Anais... São Paulo, 1954.

FERNANDES, Florestan. Formação Política e o Trabalho do Professor. In: FERNANDES, Florestan. **O Desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada**. RBEP v. 32, n 75, jul/set. 1959, jan/abr. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1977.

FERRY, Luc E RENAULT, ALAIN. **Pensamento de 68: ensaio sobre o anti-humanismo Contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1985

FGV – Faculdade Getúlio Vargas. Acesso em 20/03/2020
<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

FURNO, C. J. E GOMES P. B. **Revista Florestan**. Ano 2. N. 4 DEZ/2015. P. 131-140.

IANNI, Octávio. **O Ensino Das Ciências Sociais** No 1o E 2o Graus.Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 327-339, set.-dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/02v31n85.pdf>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Agrário de 2017**. Disponível em: < <https://ibge.gov.br/censoagrario2017> >.

JACKSON, Luiz Carlos. **Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1934-1969)**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n 1. pp 115-130. Jun. 2007.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Data do acesso 20/03/2020.

LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. São Paulo 2010. Repositório da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Banco de Teses Doutorado.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ª ed., ver. – São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Boi Tempo, Volume I, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, Gyorgy. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MARSHALL, Berman. **Tudo o que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo editorial, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo editorial, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos Livros didáticos de sociologia**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol 02, No. 03, Jan/Jun/2014.
- MEUCCI, Simone. **Sociologia na educação básica no Brasil. Um balanço da experiência remota e recente**. Ciências Sociais Unisinos 51(3): 251-260, setembro/dezembro 2015. Unisinos – doi: 10.4013/csu 2015.51.3.02
- MORAES, A. C. **Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n 85, p. 359-382, set-dez. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>>.
- MOURA, M. O. et Al. **A Atividade Orientadora de ensino como unidade entre ensino e aprendizagem**. In Moura M. O. A Atividade pedagógica na teoria Histórico-cultural. Brasília Liber-Livro. 2010,
- MUSTO, Marcelo. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, M.(org.) **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 61-94.
- NETTO, José Paulo. Introdução. In: NETTO, J.P. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: ICP – Instituto Caio Prado Jr., 2015.
- NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a Miséria da razão**. 2ª. Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- NOVAES, H. T. **O Trabalho Associado como princípio educativo e a educação escolar: notas a partir das fábricas recuperadas brasileiras e argentinas**. Revista HistedBronline, 2013
- OCN-EM. Disponível em http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2010/GuiaDoVestibulando/book_volume_03_inter_net.pdf
- PNLD – **Programa Nacional do Livro Didático**. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação: Sobre os Programas do Livro. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação, 2006.
- SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. VOL I. Tese de Livre Docência. IFCH Unicamp. 1982.

SAMPAIO JR., Plinio. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil** - Volume 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Lair Miguel da Silva. **O Livro Didático de Geografia (Pnld Campo) no Processo de Construção da Educação do Campo em Uberlândia-Mg**. Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 16, n. 56 Dez/2015 p. 37-48.

SOUZA C. C. D. E VAZQUEZ A. D. **Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 409-426, abr/jun. 2015.

TACCA, M. C. V. R.. Relações sociais na escola e desenvolvimento da subjetividade. In: SCOZ, B. et al (Org.). **Aprendizagem: Tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade**. São Paulo: Abpp, 2006. p. 60-85.

WEBER, Marx. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Martin Claret, 2010.

WOOD, E. M. História ou teleologia? Marx versus Weber. In: WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.129-54.